

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MEDIADA PELO TRABALHO: UM  
ESTUDO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS TEMPORÁRIOS  
MIGRANTES, "BÓIAS FRIAS", DO NORTE DO PARANÁ**

**MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

**Florianópolis  
1999**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**“A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MEDIADA PELO TRABALHO: UM  
ESTUDO DOS ASSALARIADOS RURAIS TEMPORÁRIOS MIGRANTES –  
‘BÓIAS FRIAS’ – DO NORTE DO PARANÁ”**

Dissertação submetida ao Colegiado do  
Curso de Mestrado em Educação do Centro  
de Ciências da Educação em cumprimento  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 02/09/1999**

**Dr. Norberto Jacob Etges (orientador)**

**Dra. Icléia Rodrigues de Lima Gomes**

**Dra. Joana Sueli De Lazari**

**Dr. Ari Paulo Jantsch (suplente)**

**Dra. Edel Ern**  
**Coordenadora PPGE/UFSC**

**Maria das Graças Ferreira**  
**Florianópolis, Santa Catarina, setembro de 1999**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MEDIADA PELO TRABALHO: UM  
ESTUDO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS TEMPORÁRIOS  
MIGRANTES, "BÓIAS FRIAS", DO NORTE DO PARANÁ**

**MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Jacob Etgs.

**Florianópolis  
1999**

## DEDICATÓRIA

*À memória de minha avó Toninha, de quem aprendi muito cedo a desvendar os mistérios escondidos nos livros, a curiosidade e a busca do conhecimento através das mais diversas leituras.*

*Aos meus filhos, pela ausência sofrida, pela espera paciente, pela confiança depositada, pela alegria manifesta na minha chegada.*

*À minha irmã, Socorro, cujos braços abrigaram meus filhos amenizando-lhes as dores e o choro pela minha ausência.*

*À Sandra, pela convivência e pela luta constante na busca de um ideal.*

*Aos monitores do PEART, Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário, pela coragem em encarar o desafio de ser mais que alfabetizador, ser educador.*

*Aos trabalhadores assalariados rurais temporários migrantes, os "bóias frias", pela valente decisão de continuar existindo.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pela oportunidade de financiamento, sem o qual não poderia ter desenvolvido este trabalho.*

*Ao Professor Doutor Norberto Jacob Etgs, pela gentileza em orientar-me. Aos colegas do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, com os quais aprendi muito sobre a vida. Em especial à Patrícia e à Rocio.*

*Ao José Inácio, pela alegria contagiante.*

*Ao Roque, pelos momentos de discussões, desafios e coragem de lutar pela realização dos nossos sonhos. Minha gratidão pela beleza de relacionamento que pudemos criar e conservar. Finalmente, aos "bóias frias" migrantes temporários, cuja vida, vivida e marcada, serviu de fio condutor para a elaboração deste trabalho.*

## RESUMO

Trata o presente trabalho de uma reflexão sobre a forma como os trabalhadores assalariados rurais temporários *bóias frias*, produzem a subjetividade mediada pelo trabalho que fazem. Teve como sujeitos da pesquisa alunos matriculados nas salas de aula do PEART, Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário, destinado a Educação de Jovens e Adultos “bóias frias” do Norte do Paraná, a partir de 1991. Pretendeu-se olhar mais de perto as condições sócio-econômicas impostas a esses trabalhadores e que determinam a forma como conduzem a sua vida. Essa necessidade está configurada pelas características dessa população que, de forma geral, encontra-se esquecida, abandonada à própria sorte, sem acesso a educação, atendimento de saúde, moradia, lazer e outros. Caracteriza-se basicamente pelas condições de migração temporária em busca de trabalho e sobrevivência e dessa forma não consegue estabelecer vínculos mais profundos ou duradouros de convivência. Essas características conduziram-me ao processo de investigação no sentido de desvendar as formas como suas relações se estabelecem e como são alimentados nesse constante ir, e vir e ainda como tais relações contribuem, dentro das condições em que são produzidas, para a construção e manutenção de uma identidade. Realizou-se a observação direta da forma como esses sujeitos criam/ recriam relações pessoais e interpessoais, de amizade e de parentescos, de quais aspectos dessas relações são por eles mais ou menos valorizadas. Os relatos de cada entrevista foram dados que permitiram estabelecer uma relação entre a subjetividade e o trabalho explicitados nas manifestações culturais, religiosas e outras, ricas de experiências, sentimentos e valores próprios. O objetivo de tais observações foi trabalhado de modo a estabelecer o significado e a função dessas relações na forma como esses sujeitos organizam e produzem a sua vida e ainda procurando-se descobrir meios de expressar suas necessidades, não só através de números e estatísticas, mas também, e principalmente pela retratação de seus desejos, sonhos e perspectiva de futuro.

## ABSTRACT

The present work is a reflection upon way temporary rural employees, the so-called “boias frias”, produced the subjectivity mediated by the work they carry out. The subjects were students enrolled in the classes conducted by PEART – Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (Project for the Education of the Rural Temporary Employee), which aims at the education of the “boia frias” youth and adults in Northern Paraná, from 1991 on. The intention was to have a closer look the social economical conditions imposed to such workers and which determine the way they lead their lives. This need is expressed by the characteristics of such population which has, in general, been forgotten, left aside, whit no access to education, health assistance, housing, leisure, and other benefits. It is basically characterized by conditions of temporary migration in search for work and survival, thus, not being able to establish deeper or more enduring relation links. These characteristics led me to the process of investigation attempting to unfold the ways relationships are established and nurtured in this constant come and go. Additionally, I looked at how such relationships contribute, within the conditions they are produced, to the construction and maintenance of an identity. A direct observation of how the subjects create and recreate their personal and interpersonal relationships was carried out, considering friendships and family relations, as well as which of those relationships they value the most and the least. The reports of every interview provided the establishment of a relation between subjectivity and work expressed in the cultural, religious and other manifestations, rich in experience, feeling and value. Such observations permitted to establish the meaning and function of the those relations as for the way the subjects organize and the produce survival, in an attempt to express the needs not only means of figures statistics, but mainly by means of as portrayal of their desires, dreams, and future perspectives.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 No Reino da Goiabada de João Bosco e Aldir Blanco.....	1
2 BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA.....	2
3 NORTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	8
4 “...EM SE PLANTANDO, TUDO DÁ...”.....	14
5 O CONTEXTO HISTÓRICO: caracterizando os sujeitos.....	17
5.1 “ Caminhando e Cantando...” .....	22
6 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA.....	26
6.1 Efeitos da Globalização .....	29
7 PEART – ONDE TUDO COMEÇOU.....	32
7.1 Uma Concepção de Educação Alternativa .....	37
7.2 Limites e Possibilidades de Uma Ação Alternativa .....	40
8 A QUESTÃO CULTURAL E A SUBJETIVIDADE .....	47
8.1. Em busca de Uma Vida Melhor .....	51
9 A TÍTULO DE ANÁLISE E REFLEXÃO .....	54
9.1 As Relações com o Mundo Exterior .....	56
9.2 Haver uma Esperança, em Busca do Ser .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 No Reino da Goiabada de João Bosco e Aldir Blanco

*“Os bóias frias, quando tomam  
umas biritas espantando a tristeza  
Sonham,  
com bife a cavalo, bata frita e a sobremesa, é  
goiabada cascão, com muito queijo, depois café, cigarro e um beijo de uma  
mulata, chamada Leonor ou Dagmar.  
Amar  
o rádio de pilha, o fogão jacaré, a marmita, o domingo, o bar.  
Onde tantos iguais se reúnem contando mentiras prá poder suportar, ai...  
São pais de santo, paus de arara, são passistas, são flagelados, são pingentes,  
balconistas.  
Palhaços, marcianos, canibais, lírios pirados,  
Dançando,  
dormindo de olhos abertos à sombra da alegoria dos faraós embalsamados”*

## 2 BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA

Ao iniciar minha caminhada no trabalho de educação dos *bóias frias*, pouco ou nada sabia deles, a não ser o que comumente se fala ou noticia, seja pelos meios de comunicação mais utilizados como o rádio, o jornal, a televisão, seja por outros, ligados aos organismos sociais que junto a eles atuam, tais como as Pastorais Sociais das diversas Igrejas, principalmente da Igreja Católica.

A partir da inserção no mundo dos Trabalhadores Assalariados Rurais Temporários, os *bóias frias*, rico de experiências diversas e de vida, de sonhos e de esperanças, pude repensar minha própria experiência de vida pessoal e profissional, rever meus projetos de futuro e redefinir o que até então enxergara como educação de qualidade para populações trabalhadoras deste país.

Encontrei-me com esses sujeitos de forma indireta, através dos *monitores*<sup>1</sup> responsáveis pelo processo de alfabetização e escolarização básica e envolvidos com o PEART – Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário.

A academia é um espaço, sem dúvida, que permite alargar os horizontes, proporcionando meios de acesso dos sujeitos ao conhecimento. Porém, a academia nem sempre permite a penetração na vida real desses sujeitos, para que de fato se conheçam as formas diversas de como conduzem a sua vida, sustentam as suas vontades, administram, no final de tudo, a sua trajetória vivida.

Estar em uma Universidade, ser professor de um curso superior não nos garante estar formando profissionais aptos a enfrentar e conduzir profissionalmente a vida lá fora, já que a distância que se coloca entre o sujeito e o objeto do conhecimento acaba por transformar sujeito e objeto em elementos estranhos um ao outro, embora sejam partes inseparáveis de um mesmo processo.

---

<sup>1</sup> Alfabetizadores de jovens e adultos.

Essa reflexão me vem acompanhando desde o momento em que fui convidada para atuar como Assessora Pedagógica de um Projeto de Educação cujos sujeitos aprendizes seriam os Assalariados Rurais Temporários, vulgarmente conhecidos como *bóias frias*, por se alimentarem de um *boião*<sup>2</sup> feito nas primeiras horas da madrugada antes de sair para a lida.

Nessa ocasião, mesmo tendo minhas origens no campo, nos roçados de mandioca e melancia, na casa de chão batido e no fogão a lenha, não imaginava que pudesse existir um mundo tão adverso como este em que penetrava a partir de então, e no qual passei a buscar uma esperança de vida, onde os sorrisos brotam de dentro do mais profundo sentimento de ser, de estar, de pertencer a um grupo.

Decidi desenvolver meu projeto de mestrado com esses sujeitos e encontrar nessa relação algo que significasse uma possibilidade de mudança. Meus sujeitos seriam enxergados como potencialmente capazes de transformar e criar para si mesmos uma vida digna, a partir do próprio trabalho; capazes também de desvelar homens escondidos por trás de sorrisos sem dentes, de aparência desfigurada pela miséria e pela fome, pelo preconceito ditado pelo sistema de produção capitalista, cujo êxito está em desfazer-se daqueles que já não lhe proporcionam mais o lucro desejado, e dessa forma o subjagam e massacram pela opulência e pela supremacia do mercado globalizado.

Minha escolha se deu após um longo percorrer de caminhos, de troca de idéias, de refletir sobre esses sujeitos, até tomar a decisão.

Dentre os vários tipos de *bóias frias* os quais caracterizarei num outro momento deste relato, escolhi trabalhar com a categoria *bóia fria migrante temporário*<sup>3</sup> por ser esta a que mais me chamou a atenção devido a peculiaridade que apresenta na sua forma de viver.

---

<sup>2</sup> Denominação dada pelos “bóias frias” à comida que comem.

<sup>3</sup> Trabalhador bóia fria que se desloca para as regiões onde há trabalho, em diferentes épocas do ano.

Decidi pela micro região de Bela Vista do Paraíso, constituída pelos municípios de Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis, Florestópolis, Porecatu, Primeiro de Maio e seus respectivos distritos, por serem estes os municípios que apresentam um número significativo de *bóias frias migrantes* (ver Tabela Fonte:Relatório do PEART, 1996.). A população desses municípios se compõe, quase na sua totalidade, desses trabalhadores, em alguns casos aproximando-se dos 95% do total dos seus moradores. São uma parcela de trabalhadores empobrecidos por circunstâncias que fogem ao seu controle e que estão relacionadas com o modo pelo qual a sociedade organiza sua forma de produzir bens de consumo.

A observação do comportamento desses trabalhadores levou-me a inúmeras interrogações como: Que tipo de relações constróem no seu infindável ir e vir? Que significado têm para eles essas relações? Que valores atribuem a família, amor, honestidade, justiça? Que comportamentos estabelecem como regra de conduta válidas para todos, e para si mesmos?

Estas e outras indagações passaram a me intrigar, levando-me à busca de um referencial teórico que pudesse apontar caminhos para uma pesquisa que me permitisse traçar um retrato da **forma como os *bóias frias* migrantes temporários produzem a sua subjetividade e da forma como essa subjetividade define o seu modo de viver e de produzir a vida.**

Com esse objetivo, fui ao encontro deles e com eles conversei horas seguidas, em diferentes momentos e espaços: nas casas, nas festas, na sala de aula.

Nossas conversas versaram sobre a vida, sobre subir e descer de caminhões, sobre morar a cada três meses em lugares diferentes, estranhos, sobre deixar os filhos, a mulher ou o marido a quilômetros de distância, sobre a solidão, o sonho, a esperança, a fé...

Para tanto, participei diretamente das suas vidas, introduzindo-me no seu meio, e, com ajuda deles mesmos, a cada entrevista, o entrevistado me apontava outro sujeito que estava disposto a falar. Dirigi as entrevistas no sentido de que elas se realizassem da forma mais natural possível, deixando-os falarem ao mesmo tempo em que anotava aspectos

que necessitavam de ser melhor explorados ou esclarecidos e, somente então, fazia uma pergunta mais direta.

Cód	MRH	Município	Analfabetos	Evolução do Pessoal Ocupado 70 a 85	Uso da Terra	População			Urbanização		
						1996	1997	2000	1996	1997	2000
101	281	B. Vista Paraíso	27,77	3	4	15.006	14.993	14.976	89.51	90.07	91.63
102	281	Cambé	22,42	3	1	82.739	84.697	84.697	92.39	92.75	93.75
103	281	Florestópolis	27,9	3	4	12.179	12.234	12.457	77.04	78.22	81.48
104	281	Londrina	17,04	4	1	426.753	434.610	459.448	95.35	95.6	96.29
105	281	Porecatu	22,75	3	1	15.310	14.958	13.960	72.27	72.81	74.4
106	281	Primeiro de Maio	27,43	4	3	11.734	11.730	11.779	87.48	88.46	91.03
107	281	Sertanópolis	21,8	4	4	13.812	13.757	13.669	76.75	78.08	81.74
<b>Total</b>						<b>577.533</b>	<b>586.979</b>	<b>617.243</b>			

Notas:

**Posição da Evolução do Pessoal Ocupado 1970/85**

- 4 – Mantém alta a participação de mão-de-obra assalariada
- 3 – Evolui para maior participação de mão-de-obra assalariada
- 2 – Evolui para maior participação de mão-de-obra familiar
- 1 – Mantém predominância de mão-de-obra familiar

**Posição do Uso da Terra**

- 4 – Predominância de combinação lavouras e pastagens
- 3 – Predominância de lavouras temporária
- 2 – Predominância de pastagem plantada
- 1 – Sem atividade predominante

**Fonte: IPARDES – Indicadores analíticos, 1994**

A população observada foi um grupo de mais ou menos 80 (oitenta) *bóias frias*, dos quais escolhi os que me pareceram responder melhor às minhas interrogações: quatro homens que já tivessem ido várias vezes para outros estados trabalhar no corte da cana ou na colheita do café ou da laranja; três mulheres que tivessem ido com o marido levando os filhos; um que tivesse ido e deixado os filhos; dois jovens que tivessem ido pela primeira vez. Também foram entrevistados um padre representante da Pastoral do Migrante e que faz o acompanhamento dos grupos de *bóias frias* que trabalham no Sul de Minas Gerais, um integrante da mesma pastoral, leigo; um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, uma monitora do PEART que trabalha com esse grupo e que atua com o grupo de jovens da Igreja Católica local; um *gato* responsável pela *aglomeração*<sup>4</sup> desses trabalhadores na cidade de Bela Vista e nas outras cidades citadas.

<sup>4</sup> Forma como os “bóias frias” denominam os trabalhadores requisitados para o trabalho fora.

A partir das interrogações que me fiz, organizei minhas observações do mundo dos *bóias frias* de forma indireta, a partir da sua relação com os monitores do projeto PEART nos cursos de capacitação, num primeiro momento, e depois diretamente em seus espaços de vivência. Primeiro, observei a sua produção artesanal manifesta em objetos tais como esculturas, redes de pesca, enfeites de várias espécies, cortinas, e outros utensílios produzidos por eles. Segundo, tentei analisar a fala deles, seja aquela extraída das entrevistas, ou ainda aquela ouvida de suas conversas entre grupos ou com os monitores.

Desse modo, esse trabalho apresenta a seguinte organização. O primeiro capítulo registra a breve história da pesquisa realizada, na qual procuro dar os primeiros sinais de como são, o que pensam, o que sentem, sobre o que sonham os trabalhadores *bóias frias*. Em seguida analiso como se deu a colonização do Estado do Paraná, especialmente do Norte do Estado, cujo processo se estruturou a partir do plantio de café, e que encontrou na qualidade da terra roxa o seu maior sucesso. Num primeiro momento, a propriedade da terra se constituiu em fator de riqueza e prosperidade para muitos e, mais tarde, igualmente, em fator de pobreza, exclusão e miséria, já que as pequenas propriedades ficaram, por razões específicas, sem possibilidade de financiamento para a produção.

No terceiro momento, traço um retrato dos meus sujeitos inseridos no contexto que os fez existir, enfocando o modo de produção que foi decisivo na expulsão deles de sua terra de origem.

Num quarto momento, tento mostrar como esses trabalhadores constroem as suas relações, mediatizadas pelo mundo do trabalho, feito de diferenças e desigualdades, permeado pela efemeridade, pela passagem imediata de um momento a outro, pelo constante vagar em busca da vida. Parto do lócus onde se origina minha relação com eles durante os últimos cinco anos, tentando explicitar algumas das suas características, isto é, aquelas que os definem como homens trabalhadores, sensíveis, criativos. Procuro desnudar o PEART, Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário, como uma ação educativa necessária, mas frágil enquanto instrumento de escolarização básica fundamental. Ao mesmo tempo, procuro demonstrar a sua necessidade enquanto projeto alternativo de educação, que tem por objetivo maior a educação como instrumento de exercício da cidadania. Em seguida, apresento a análise dos resultados das discussões geradas a partir das entrevistas, onde

explicitam-se os sonhos e desejos, a expressão do ser, a manifestação da vida em cada fala, em cada relato, em cada olhar...

Finalmente, sinalizo na direção de algumas possibilidades, onde o sujeito *bóia fria* obtenha sua autonomia nas formas de viver e de pensar o mundo, nas possibilidades e desejos de construir um novo mundo, um mundo onde possa sentir-se *dono*, onde possa viver, expressar o sentimento de pertença. Espero com isto abrir caminho a outros estudos, que conduzam à investigação de outros aspectos constituintes da singularidade destes sujeitos.

### 3 NORTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado do Paraná tem se caracterizado pela pujante agricultura que garante todos os anos, independente dos altos e baixos das intempéries do clima, do mercado ou de outras variáveis, uma alta produção de grãos. Essa história de produção agrícola, em grande parte, tem origem na década de 40 quando o Estado alcançou notável posição com um forte tino para aqueles que desejavam possuir um pedaço de terra. Magalhães afirma que essa década “constitui-se num marco na história demográfica paranaense, uma vez que nesse período tem início um intenso e acelerado processo imigratório de expressivos contingentes populacionais provenientes de outras regiões do País” (1996, p.1).

Isto caracteriza, de certa forma, o momento em que os agricultores fixam suas ações na produção, principalmente de alimentos, sem a intenção direta da comercialização. Segundo Magalhães, o desenvolvimento econômico presenciado a partir de então marcou-se basicamente por “uma segunda onda de povoamento (...) constituída por agricultores que povoaram rapidamente o Norte do Paraná” (p.1), continuando assim uma atividade originada no estado de São Paulo, a cafeicultura, então com o aproveitamento da força da terra roxa, ótima para a plantação do café.

No início deste século, havia a predominância das grandes propriedades, que se estendiam por longas faixas de terras e concentravam toda produção agrícola e cafeeira. Os investimentos nesse tipo de propriedade giravam em torno da derrubada, preparo da terra, a construção do terreiro e sede da colônia, a aquisição de máquinas de beneficiamento, secadores e outros utensílios necessários para a produção do café tipo exportação. Para a efetivação desse tipo de propriedade, era necessário o trabalho de grande quantidade de pessoas, já que muitas dessas tarefas eram manuais. Para tanto, em São Paulo, desenvolveu-se mais o sistema de colonato, onde as grandes propriedades dispunham de um número de casas suficiente para abrigar as famílias de trabalhadores que eram responsáveis pela produção em todas as suas fases. No entanto, a participação do proprietário da terra se dava de forma total, ou seja, os riscos da atividade eram assumidos por ele que, ao fim da colheita, efetivava o pagamento ao colono e retirava a sua parte na forma de remuneração residual.

Já no regime de parceria, o parceiro fazia ele mesmo o trabalho, assumindo também os riscos da atividade. Ao final, entregava ao fazendeiro a porcentagem do produto que lhe fora garantida pelo contrato de trabalho. Este se transforma num simples arrendatário, usufruindo do resultado do trabalho e partilhando com o parceiro todos problemas que possam existir no processo da produção, desde a plantação até a comercialização do produto.

Mais tarde, um grande contingente de trabalhadores que se ocupavam tanto da parceria como do colonato foi literalmente despojado dos seus afazeres nas grandes fazendas, em consequência das mudanças radicais efetivadas no modo de produção no campo, cujas atividades passaram a ser, em grande parte, mecanizadas. Junto a isto, vale lembrar que o país iniciou seu processo de integração da economia ao capital internacional, já que passou a ter uma demanda maior de alimentos. As modificações da economia determinadas por novas e maiores necessidades, provocaram, a partir de 1930 o que Raggio chama de inflexão, isto é, “o capital comercial cafeeiro deixa de ser dominante e a atividade cafeeira vai se tornando cada vez mais dependente dos rumos do capital industrial e financeiro” (1985, p.22). Esse fato veio acrescentar à atividade agrícola outras formas de atividades produtivas, como investimentos na construção de estradas de ferro, além de proporcionar aos proprietários de terras, agora ricos homens de negócios, a participação efetiva na política, decidindo os rumos do Estado.

Esse novo produtor diferenciou-se basicamente dos anteriores: não mais produzia com outras intenções que não fossem atender a exigências comerciais. Essa mudança operada na economia refletiu-se, naturalmente, na produção agrícola e fez com que os cafeicultores buscassem alternativas de lucro, diversificando a produção, sem, no entanto, abandonarem o plantio do principal produto de exportação que era o café. Era necessário garantir o abastecimento dos grandes centros que passavam a contar com um contingente cada vez maior de habitantes, e nesse processo, estava subjacente a necessidade de impedir o encarecimento do custo da produção e o repasse dos preços para os habitantes urbanos.

Esse modelo de produção se efetivava, quase na sua totalidade, pela força de trabalho familiar, não contava com a paga da mão de obra e, por isso, seu custo era menor. Pela lógica do modelo de desenvolvimento industrial que se iniciava, os excedentes davam grande margem de lucro aos proprietários. Dessa forma, a acumulação de recursos facilitou o

investimento num tipo de bem duradouro e extremamente lucrativo, que era a terra.

Foi nesse contexto de fortes mudanças econômicas de cunho mundial com influências locais que se implementou de forma decisiva a colonização do Norte do Paraná, que se transformou num forte atrativo para os investidores, seduzidos pelas propagandas das companhias loteadoras de terras, principalmente as terras mais próximas ao Estado de São Paulo, onde teve início em grande escala o plantio de café.

No Norte do Paraná, esse papel coube à Companhia de Terras Norte do Paraná, que num curtíssimo espaço de tempo (1925 a 1930) comercializou “515 mil alqueires paulistas”, o que proporcionou a “expansão dos cafezais em direção às fertilíssimas terras roxas localizadas mais ao centro e a oeste da região” (Magalhães 1996, p.17).

Assim, surgem as pequenas propriedades, já que os lotes vendidos tinham entre 15 e 25 alqueires. Ainda segundo Magalhães,

*“até o ano de 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média era de 15 alqueires. Nesse mesmo ano, em média, quatro famílias estavam localizadas em cada lote, ou seja, cerca de 100 mil famílias na área rural, colonizada pela Companhia”* (1996, p.19).

Ao se iniciar a comercialização das terras no Paraná, a Companhia, de origem inglesa e ainda com o nome Brasil Plantations Syndicate, em virtude dos problemas gerados pelas relações políticas entre os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, teve que adotar o nome de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Por volta de 1925, transformou-se em subsidiária brasileira da Brasil Plantations Syndicate, como Companhia de Terras Norte do Paraná e seus investimentos se iniciaram com a compra de uma faixa de terras de 450 mil alqueires do Governo do Paraná, terra essa que até então pertencera a antigos grileiros e posseiros.

Tais transações visavam dirimir possíveis conflitos entre os novos proprietários e os antigos, que tinham a concessão das terras outorgadas pelo mesmo Governo que, então, encontrava uma forma legal para se livrar das anteriores responsabilidades e de constantes litígios. Dessa forma, até 1927 a Companhia adquiriu o total de “545 mil alqueires

de terras da mais especial qualidade, fertilíssimas, cobertas de matas balizadas pelos rios Paranapanema e Tibagi ...” (Raggio 1985, p.33).

O forte do processo de ocupação da terra no Norte do Estado, num primeiro momento, foi a constituição de pequenas propriedades, onde a produção agrícola tinha como objetivo não só o sustento das famílias, mas também a comercialização do excedente e dentro dos padrões da produção de que necessitava o mercado emergente. Essa foi uma característica importante da Companhia, pois, em função do tamanho dos lotes, (10, 15 ou 20 alqueires) havia a possibilidades de serem adquiridos por segmentos sociais menos favorecidos economicamente.

De acordo com Raggio (1985), embora os produtores que participaram desse processo de colonização não pudessem ser confundidos com *camponeses* e sua intenção não fosse apenas a reprodução das condições de vida e de trabalho, também não podiam ser comparados aos grandes produtores de café, que produziam grandes safras em suas enormes faixas de terras, comercializando-as em grandes mercados, como o de São Paulo.

Essa política da Companhia de Terras Norte do Paraná, no entanto, não excluiu a venda de grandes área a quem dispunha de dinheiro para adquiri-las. Logo, também foi possível a formação de grandes fazendas que, mais tarde, tornaram-se ainda maiores com o processo de integração das pequenas propriedades pelos grandes fazendeiros, antes cedidas aos meeireiros, porcentageiros e arrendatários. Para os fins do presente estudo, basta esclarecer que a forma de comércio da produção agrícola adotada por esse novo proprietário foi decisiva na circulação do dinheiro nos núcleos de povoados que ora se estruturavam. Dessa forma, a comercialização passou a se dar em torno da necessidade de adquirir outros bens, entre eles, novas propriedades, mas sobretudo da necessidade de compra e venda de bens ou produtos de primeira necessidade.

Era de se esperar que, em torno de tão grandes investimentos e efervescência econômica, surgissem inúmeros núcleos de povoamentos. Assim se construiu a história do município de Londrina e em torno dele, de dezenas de outros aglomerados, mais tarde transformados em municípios pela enorme capacidade de retirar de seu próprio interior a riqueza necessária para se auto gerir. Segundo Magalhães, “Londrina, fundada em 1930,

destinada inicialmente a sediar os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná, bem como a funcionar como polo comercial da região, em menos de 15 anos polarizava mais de vinte novos núcleos urbanos” (1996, p.19).

Hoje, a realidade se aviva e Londrina é uma cidade polo em cujo entorno municípios de médio e pequeno porte se aglomeram, tais como Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Primeiro de Maio, Nova Esperança, Sertanópolis, Florestópolis e outros tantos, constituindo uma forma dinâmica de relações comerciais, culturais, políticas e outras.

Foram estas as condições básicas que deram origem à pequena propriedade no Norte do Paraná. Num primeiro momento, embora os produtores fizessem uso quase que exclusivo da mão de obra familiar, alguns assalariavam e também produziam em parceria, até porque uma de suas características, a de não camponês, se devia ao fato de possuírem dinheiro o suficiente para pagar a mão de obra de que necessitavam.

Esse dado vem demonstrar que os trabalhadores do campo possuíam as suas próprias formas de produzir e, quando necessitavam, buscavam a ajuda do vizinho mais próximo, cuja paga poderia ser mais tarde a prestação de um serviço da mesma natureza. Essa modalidade de trabalho, inicialmente, intensificou a produção da terra, vindo a prover o mantimento para o consumo. No entanto, à medida em que foi aumentando significativamente, a produção passou a se destinar ao comércio e a sobrepujar de forma considerável a produção para simples sustento, estabelecendo rapidamente a dependência desses proprietários do comércio capitalista.

Por seu turno, os não proprietários, os colonos, arrendatários e meeiros, embora de posse da terra, não possuíam o título de propriedade. Este fato, porém, não os impedia de produzir para o seu sustento e, muitas vezes, para comprar o seu próprio pedaço de terra, mesmo não sendo esse o objetivo maior do seu trabalho. Essa pseudo facilidade para adquirir a terra trouxe, segundo Magalhães, a “ilusória crença do caráter democrático da constituição da estrutura fundiária do Paraná” (apud Raggio 1985, p.20). Como se vê, o Norte do Paraná, tem uma curta história que se auto confirma ano após ano por dados oficiais dos setores agrícolas, além das notícias jornalísticas, que dão conta de informar sobre as milhares de toneladas de grãos colhidos, hoje não mais o café, mas o soja, o milho, o trigo, o algodão e

outros tantos produtos, o que confirma a pujança da produção no Estado.

Há que se ressaltar, porém, que nos últimos vinte anos os números dizem respeito, acima de tudo, à produção de soja, o que torna evidente que a produção de alimentos está fora dos projetos de grandes produtores. Logo, ao lado dessa produção, estabelece-se a contradição causada pela ausência de política agrícola que direcione ou que exija que a produção se dê também em relação aos alimentos.

Esta se encontra sob responsabilidade ainda dos pequenos produtores, proprietários ou não, que lutam em meio a um universo de problemas relativos a financiamentos, preços para venda, armazenamento dos excedentes ou reservas, manejo de pragas e tantos outros. Deste modo, defrontam-se constantemente com a incerteza e o receio de que os prejuízos sejam mais freqüentes que os lucros. São constantes as notícias de que produtores queimam, doam ou simplesmente transformam em adubo determinados tipos de produtos, pelo fato de não terem garantidos preços justos na hora de comercializá-los.

#### 4 “... EM SE PLANTANDO, TUDO DÁ...”

*“Debulhar o trigo, recolher cada bago de trigo, forjar do trigo o milagre do pão, e se fartar de pão,  
Decepar a cana, recolher a garapa da cana, roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel,  
Afagar a terra, conhecer os desejos da terra,  
cio da terra propícia estação, e fecundar o chão”.*

Cio da Terra  
(Chico Buarque e Milton Nascimento)

O avanço tecnológico na forma de produzir que adentrou as fronteiras do Brasil, e resulta em números cada vez mais elevados de grãos, teve seu auge a partir de 1960, quando se instalou no campo um novo modelo de produção agrícola, submetido aos novos padrões de acumulação capitalista.

De acordo com Magalhães (1996), isto provocou uma transformação radical no processo de produção, já que as mudanças necessitavam do aporte tecnológico constituído por um pacote de máquinas agrícolas dos mais variados tipos, além de agrotóxicos, defensivos e outros, advindos de países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos.

Esse aporte tecnológico provocou uma radical inversão na forma e nos objetivos da produção, conseqüentemente, e de forma decisiva, no caráter da posse da terra.

Tal interferência, expressou-se de forma dupla, no sentido de que, ao introduzir a máquina e os defensivos agrícolas no campo, concomitantemente, ditou novas e decisivas formas de relacionamento entre patrão e empregado, provocando, a partir daí, uma ruptura significativa na vida e no cotidiano das famílias dos colonos das grandes fazendas produtoras de café, especialmente as do Norte do Paraná. Esse fato se expressa de forma enfática na afirmação de Raggio (1985), quando diz que “a área plantada nas décadas de 60/70 estava reduzindo-se a 615 mil há,” contra os milhões de pés de café plantados durante as duas décadas anteriores. Contraditoriamente, o número de estabelecimentos em que predominava o café cresceu em 1,6 vezes em propriedades com até 20 ha.

Alguns fatos merecem destaque devido a certas características que os identificam. Em primeiro lugar, os proprietários incorporaram as terras que antes se encontravam de posse dos colonos e parceiros, meeiros e arrendatários e as transformaram em pastagens. Em segundo lugar, os próprios trabalhadores realizavam acordos no sentido de produzirem na terra durante um tempo determinado, com o compromisso de devolvê-la mais tarde plantada em pastos. Dessa forma, os próprios trabalhadores contribuíram decisivamente na efetivação dos mecanismos que os expulsaram da terra. Esses acordos entre trabalhadores e proprietários passaram a fazer parte das estratégias dos trabalhadores para permanecerem mais tempo nas terras que ocupavam até então, mas também em garantia para o proprietário aumentar a área plantada em pasto para o gado.

O ritmo dessas transformações se deu de forma acelerada a ponto de provocarem uma enorme confusão naqueles que foram diretamente atingidos por elas. Havia, até então, uma população rural com uma característica especial de vida, que produzia o sustento da família e se contentava em vender o excedente da produção de modo que as necessidades pudessem ser todas elas satisfeitas. Obviamente, o objetivo dessa produção, não era o lucro e muito menos a acumulação. Era, sim, a produção para o bem viver, sem intenção de enriquecimento. Porém, as regras válidas até então estavam em declínio e não valiam para o novo momento. Nesse sentido, observa Raggio,

*“os cafeeiros antigos são tratados exclusivamente a base de um operário para cada 3000 pés de café, necessitando de 600 mil trabalhadores. Nos 500 milhões novos, deverão ser usadas carpideiras a tração animal bastando apenas 25 mil homens para esse trato. Haverá necessidade de braços extras para a colheita, cerca de 150 mil pessoas que podem ser recrutadas na própria zona rural, de outras culturas e nas cidades, especialmente entre mulheres e crianças, que pouco produzem nas indústrias” (1985, p. 61).*

O texto acima demonstra como se efetivou o processo de expulsão de um enorme contingente de trabalhadores da terra, os que, a partir de então, passam a constituir uma imensa e inesgotável reserva de mão de obra para sustentar a produção no campo como *bóia fria*.

As mudanças no mercado internacional forçaram a mudanças no mercado nacional e, conseqüentemente, no local. O governo criou mecanismos de força que levaram os agricultores a se submeterem às novas regras ditadas pelo capital internacional, sem possibilidades concretas de se contraporem a elas. Foram tomadas medidas, como a instituição de novos impostos; critérios para financiamento da plantação, como o limite da quantidade de terra para que conseguissem obter empréstimos dos órgãos oficiais, e, nesse caso, foi fundamental a reintegração das terras cedidas aos meeiros, arrendatários, porcentageiros e outros; a criação de Sindicatos Rurais, que passaram a implementar a cobrança de indenizações aos trabalhadores das Fazendas, de forma que estes passaram a receber altas somas em demandas trabalhistas. Estas e outras, contam como fatores decisivos para que um novo modelo de propriedade rural se estabelecesse no Norte do Paraná.

Estava decretado o fim dos antigos meeiros, porcentageiros, agregados, colonos e outros, que, em pouco mais de dez/quinze anos, viram desaparecer elementos que eram parte da sua vida e que pertenceram e foram conquistas sociais de inúmeras gerações, tais como: o direito de plantar num pedaço da terra do patrão e dela retirar o seu próprio sustento; de criar o porco para a banha e a carne; a galinha para a alimentação do dia a dia; de não pagar o aluguel da casa da *colônia*<sup>5</sup>, de ter garantida na Fazenda a Escola para os filhos.

Enfim, todo um universo construído por anos a fio, a partir de um longo processo de trabalho e lutas, e responsável pela instituição de um ideário representativo de uma forma única de viver e produzir a vida, rui por terra, sem que o trabalhador tenha tempo de pensar nele e em como e porque ele desaparece diante de seus olhos. Iniciava-se então, o longo caminho de uma peregrinação que continua, e de forma acelerada, arregimentando a cada dia uma quantidade maior de ex trabalhadores da terra.

---

<sup>5</sup> Denominação dada às casas dos antigos trabalhadores das grandes fazendas de café.

## 5. O CONTEXTO HISTÓRICO: caracterizando os sujeitos

Há que considerar como é difícil, se não impossível, para certas camadas da população assimilar, em curto espaço de tempo, novas formas de vida e relações. Quase sempre não possuem os instrumentos intelectuais necessários e adequados para compreender os processos pelos quais a inteligência produz as formas de intervir e mudar a realidade ou, noutras palavras, que essa intervenção e mudança são sempre ditadas pela atuação inteligente do homem. O campo, tomado de roldão por tecnologias importadas de grandes centros tecnológicos, provocou o arrancar brusco das formas de vida dos homens da roça, principalmente do café, não permitindo a eles sequer uma pequena fase de adaptação.

Iniciou-se então, um movimento de esvaziamento do campo. Os homens da roça partiram em busca de um outro destino, movidos pelo sonho e pela fome, e deram origem a uma nova categoria de trabalhadores, cuja peculiaridade é o *assalariamento temporário*, ou seja, trabalham e recebem de acordo com a época e o lugar onde se encontram.

Seguindo a trajetória do *bóia fria*, alguns aspectos fundamentais podem ser considerados sobre sua emergência. Procurou-se identificá-los através de várias categorias organizadas para estabelecer com maior propriedade as diferenças básicas entre uma categoria e outra, identificar suas necessidades e estabelecer formas de inserção e atendimento, visando saná-las. São facilmente identificados pelo rótulo de *bóias frias*, rótulo este relacionado à comida fria que comem, feita nas primeiras horas da manhã, antes de saírem para a lida.

Fazem parte de uma legião de trabalhadores que constitui uma inegável força de trabalho, em franca produção enquanto mão de obra não qualificada, segundo o ponto de vista do capital. São, portanto, uma *casta social*<sup>6</sup> excluída dos bens materiais geradores do desenvolvimento, que se encontra em desvantagem, na condição de população sobrança do novo modelo de produção ditado pela reordenação do capital em nível global. Segundo Lima (1991), as relações do trabalho rural regulamentadas pela CLT através do

---

<sup>6</sup> Expressão usada com o sentido de grupo social.

Decreto - Lei 5.452/1943 e pela Lei 5.889/ 1973, art. 2º, definem empregado rural como “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (P. 706). Interpretadas pelas organizações dos trabalhadores rurais, estas leis acabam, ainda segundo Lima,

*“cunhando todo um agrupamento social de classe, que emprega força de trabalho como meio de manter as condições de subsistência, envolvendo os proprietários privados de terra e que não assalariam, além de porcenteiros, posseiros e os assalariados rurais permanentes e temporários” (...) “incluindo estes últimos, não contemplados na Lei, escamoteiam a sua condição de produtor de mais valia não paga. O primado da classificação é o ideológico, isto é, a classe e não o econômico, a propriedade” (1991, p. 2).*

O termo *trabalhador rural* não explica a identidade dos *bóias frias* que é, supostamente, constituída pelas suas relações sociais de trabalho. Ao contrário, **acaba escondendo a sua principal especificidade, isto é, a de ser sazonal, em uma temporalidade e num espaço desconhecidos para muitos**, senão para todos os que com eles se relacionam direta e indiretamente. Isto nos coloca algumas questões em relação aos *bóias frias* e que merecem maior esclarecimento.

Primeiro, é necessário encontrar uma definição mais adequada que o termo *trabalhador rural*. Já vimos que ela não serve para definir a categoria *bóia fria*, visto que o seu trabalho se dá *na terra* e sob condições econômicas, sociais e ideológicas diferentes das que se davam entre os trabalhadores *da terra*. Segundo, esse termo deverá desvelar esse trabalhador e a singularidade que lhe é peculiar, enquanto mão de obra ativa, produtiva, e enquanto agrupamento social, embora fuja da característica básica daquela mão de obra que consome, pois esta não se configura como tal.

A definição sugerida por Lima, apontada na própria Lei e que descreve o trabalhador rural como “o trabalhador que presta serviço em propriedade rural, de natureza eventual a empregador rural sob dependência deste, mediante salário...” não me parece adequada, mas muito aquém de uma definição que englobe também os trabalhadores *bóias frias*. Diante dessa dificuldade em definir se o *bóia fria* é ou não também um trabalhador

rural, criou-se uma divisão que tenta agrupá-los de acordo com o tipo de trabalho que realizam em diferentes períodos do ano, subdividindo-os em diversos e distintos grupos, como veremos a seguir, o que acentua a dificuldade em caracterizá-los. Além disso, as características do trabalho que executam os tornam singulares enquanto categoria de trabalhador, com identidade própria e representação clara de uma forma única de produzir.

Pode-se afirmar que a categoria *bóia fria* desponta como um *substrato*<sup>7</sup> da classe trabalhadora e que, pelas suas características próprias de produzir a subsistência, ou seja, a *sazonalidade*<sup>8</sup> e a *cultura*<sup>9</sup>, além das determinações das variações econômicas, busca construir formas de sobrevivência, seja pela satisfação das necessidades materiais, seja pela satisfação das necessidades culturais.

No interior do seu modo de ser e de viver, os *bóias frias* são classificados de acordo com o espaço social e geográfico em que atuam e não em relação ao trabalho que executam. Por isso, nessa categoria se configura com maior clareza a fragmentação própria do modelo produtivo capitalista, que determina o grau de subjetividade individual e coletivo que se constrói em diferentes contextos.

No caso específico dos *bóias frias*, a subjetividade se manifesta sob formas diversas, de acordo com o espaço social que ocupam, e tem papel determinante no seu modo de pensar e agir, assunto a que me dedicarei mais tarde, neste relato. É preciso, para melhor compreensão da categoria *bóia fria*, explicitar a forma como as diferentes frações são denominadas e se relacionam com o empregador, mediante variadas formas de contrato de trabalho. Essa classificação está longe de ser definitiva e é prudente não insistir em tentativas de defini-los com a intenção de categorizá-los pronta e acabadamente. Dessa forma, a classificação que aponto a seguir tem o objetivo apenas de facilitar a reflexão sobre as diferentes categorias de *bóias frias* já observadas pelos agentes educacionais, que com eles têm contato mais direto.

---

<sup>7</sup> Nesse caso, um fenômeno advindo da evolução dos meios de produção que, a partir da introdução das máquinas no mundo do trabalho rural, determina a exclusão de um número significativo de trabalhadores, relegando-os a marginalidade.

<sup>8</sup> A época da colheita, de acordo com o lugar do plantio, ou seja, a colheita em diferentes regiões do país, nas quais os “*bóias frias*” vão trabalhar.

<sup>9</sup> A forma de viver que constitui cada “*bóia fria*”. Suas crenças e valores, sua fé e superstições, suas cantigas e “causos”, sua poesia e formas diversas de expressar os sentimentos.

*Assalariado rural permanente* é aquele com registro em carteira, reside na propriedade e trabalha com a lavoura fixa, como a da cana - de - açúcar, do café, do ramí, da amora e outras tantas, ou rotativa, também denominada lavoura branca, onde lavram a terra, plantam e colhem o algodão, o milho, a mandioca e outras mais. Este é o *colono passivo* ou o antigo morador na lavoura cafeeira, cliente dos antigos coronéis do café, categoria de trabalhadores que predominou até fins das décadas de 60 e 70.

*Assalariado rural não permanente*, possui registro em carteira, mas não mora na propriedade. Trabalha tanto nas lavouras fixas quanto nas rotativas e é chamado de *colono ativo* porque é o que mais questiona sobre suas condições de vida e participa de movimentos em busca da superação de sua subalternidade. Faz parte de um contingente de trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida e de trabalho, enfrentando os seus *supostos* patrões, os intermediários que os contratam - os *gatos* - e que exercem plena autoridade sobre eles.

*Assalariado rural temporário típico* é aquele que geralmente trabalha em culturas fixas. É morador urbano e não tem registro em carteira, compondo uma camada de trabalhadores que tem por preferência o não vínculo com os empregadores. Isto os deixa livres para buscar outros lugares de trabalho, quando lhes aprouver.

*Assalariado rural temporário safrista* é aquele que possui vínculo empregatício com o mesmo empregador, cujo contrato garante o trabalho durante toda a safra de um determinado produto. É morador urbano e o vínculo empregatício que possui é, quase sempre, determinado pelo compromisso verbal e não por uma carteira de trabalho assinada.

*Assalariado rural temporário safrista eventual*, embora desenvolva uma atividade remunerada urbana, diarista ou mensalista, com ou sem vínculo empregatício, em período de safra de lavouras fixas abandona esta atividade e desloca-se para a área rural, onde trabalha sob forma de empreita. Ganha, neste caso, mais do que ganharia mantendo-se no seu emprego fixo. É agenciado pelo *gato*.

*Assalariado rural temporário atípico* executa tipos de tarefas relacionadas à cultura rotativa. Não tem contrato nem carteira assinada. É também morador urbano e

também agenciado pelo *gato*. Nesse caso, o trabalhador pode ser contratado para executar tarefas típicas da época, como carpir uma quantidade determinada de terra, colher uma quantidade de café, e outras tarefas semelhantes.

*Assalariado rural temporário rururbano*, depende exclusivamente do trabalho na área rural, embora resida na área urbana, como demonstra a própria denominação. Executa qualquer tipo de tarefa em lavouras fixas, não possui contrato ou carteira de trabalho, é a maioria absoluta dos *bóias frias* e depende da figura do *gato* para ser contratado. Aqui, o trabalhador não possui a qualificação mínima necessária para executar qualquer que seja a tarefa típica de área urbana, como pequenos consertos, venda de objetos e alimentos, como pipoca, sorvetes, pois não tem habilidades e / ou conhecimentos para executá-las. Ficam, portanto, limitadas as possibilidades de ganho para o seu sustento. É, pois, uma das categorias que sobrevive nas piores condições. Nessa categoria estão incluídos os *bóias frias migrantes temporários*, que são os que tomo por sujeitos deste estudo.

*Assalariado rural temporário rururbano eventual*: trabalhador que executa pequenos serviços no setor informal. Com a escassez do trabalho, ele se obriga a ir para a área rural em tempo de safra ou não. Considera esse trabalho como *bico*, isto é, algo passageiro, até aparecer outro. É agenciado pelo *gato*.

Considerando dentro dessa classificação, os assalariados *rurais permanentes e os não permanentes; os típicos e os atípicos; os safristas e os safristas eventuais; os rururbanos e os rururbanos eventuais*, todos, não obstante as diferenças na forma de contrato que especificam as relações entre eles e o empregador, têm em comum o *trabalho estranhado*, que os torna apenas e tão somente indivíduos, sem possibilidades aparentes de compreender os mecanismos sociais que determinam as condições de vida a que estão submetidos e, o que é pior, que os impede de buscar meios de inserção social que proporcionem a superação das contradições com as quais convivem.

Morar em barraco de lona, nas periferias das grandes cidades, alojar-se em barracões que não oferecem as condições mínimas de moradia nas fazendas onde vão trabalhar, submeter-se ao trabalho escravo imposto pelo proprietário da terra ou pelo *gato*, morrer por acidentes de transporte no trajeto barraco - trabalho - barraco, morrer por crise de

diarréia, pela manipulação inadequada dos agrotóxicos, ou ainda, morrer por estar submetido/subjugado à cultura do outro, não faz nenhuma diferença. É morte apenas. A sociedade não nota, pois nada é mais natural que a morte. O sistema se encarrega de imediatamente substituí-los, pois o contingente dos sobrantes é imenso e se renova de acordo com as ondas das crises.

Então, pela negação da satisfação das necessidades básicas, tanto as objetivas quanto as subjetivas, a sociedade, no seu perverso modelo de desenvolvimento econômico, orchestra um brutal e inexorável processo de desaparecimento dessa *fração social*, usando como argumento para isto o discurso do “custo social necessário” para a sua evolução.

### 5.1 “Caminhando e Cantando...”

*Para não dizer que não falei das flores...*

**Geraldo Vandré**

Estes *homens invisíveis*, os *bóias frias*, possuem uma singular forma de viver. Dependem das variações da economia de mercado que ditam o valor da sua força de trabalho, das estações e variações do tempo, da disposição ou não do *gato* que contrata de acordo com a simpatia que nutre por alguns, pela crença religiosa que professam ou pelas opções políticas que fazem. Manifestar simpatia pelo padre, considerado progressista e defensor dos direitos humanos, do sindicalista mais afoito, ou de algum órgão que se manifeste em sua defesa é correr sério risco de não ser contratado para a safra seguinte. São forçados pelo *gato* a mentir sobre o dia da partida, conforme relato abaixo:

*“eles escondem da gente o dia da partida, por isso a gente nunca consegue registrar, filmando ou fotografando (...) eles são ameaçados pelo gato, se eles contam, no outro ano eles ficam, não são chamados para ir trabalhar, (...) porque as condições da viagem são desumanas. No ônibus que cabe 50 pessoas, vão 85 a 100 entre homens, mulheres e crianças. Ali eles levam colchões, até fogão, colchão de criança... vão amontoados, o pai a mãe e até três filhos em dois bancos, (...) a viagem desde a saída até a chegada se dá apenas à noite, para fugir da fiscalização por causa das multas” C.I.D.B 54 a - monitora do PEART / BVP.*

Estão em constante mobilização e esta acontece de acordo com o *calendário do tempo*<sup>10</sup> e com o local onde encontram trabalho. Assim, de fevereiro a abril, estão na colheita de algodão no norte do Estado; de abril a maio, fazem a ruação do café, colhem o milho, capinam e plantam a cana - de - açúcar . É também a época da migração para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, onde fazem a colheita de café e o corte da cana.

De julho a novembro, é o período de entressafra, quando ocorre o desemprego em massa. Nessas ocasiões e quando há manifestações da natureza - seca, geada ou cheia - aumenta em 15% o número de óbitos entre crianças e idosos, e em 30% o número de atendimentos médicos nos postos de saúde e hospitais da Região.<sup>11</sup>

Entre setembro e outubro, retornam aos seus locais de origem. É a volta da migração dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. De dezembro a janeiro, fazem a capina e *raleação* do algodão. É hora da migração inter - regional para a área de cultura algodoeira e outras, dentro do próprio Estado.

Como se pode notar, dentre os *bóias frias* há algumas diferenças e muitas semelhanças. A forma de contrato, por exemplo, se dá através da figura dos agenciadores, os *gatos*, deixando de lado a figura do patrão. Em princípio, essa atitude significou livrar o patrão das possíveis ações trabalhistas. No entanto, quando estas aconteciam, o patrão era sempre encontrado pelos representantes dos sindicatos e acabavam sendo responsabilizados pelas ações. Dessa forma, os sindicalistas conseguiram diminuir a presença do gato na intermediação dos contratos dos *bóias frias* com os fazendeiros. Já os *gatos*, estes se assemelham aos antigos feitores de escravos, pois detêm um grau significativo de poder sobre os *bóias frias*, definindo seu modo de comportamento e de ação pessoal e coletiva.

*“o gato é uma figura que tem muita influência sobre eles. Eles se comportam bem perto do gato, (...) não bebem e procuram não arrumar briga, também não fazem corpo mole, procuram mostrar que são os melhores tanto no café quanto na cana. Quanto mais cana cortar e mais saquinhos de café colher, mais chance tem de ser escolhido para se juntar ao grupo que vai prá fora no ano seguinte” C.I.D.B 52 A / monitora do PEART - BVP.*

<sup>10</sup> Refere-se à época das colheitas onde há trabalho para muitos, embora não haja para todos.

<sup>11</sup> Dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra – PR, 1995.

Estas são condições que funcionam como um currículo. Muitos *bóias frias* executam tarefas diferenciadas tanto na roça como na cidade, e podem possuir contrato de trabalho em determinado momento ou local, e outros, não. Porém uma característica perpassa a todos eles: é a condição de trabalhador assalariado, que produz a sua sobrevivência dentro de condições desumanas de trabalho, que sofre discriminação generalizada da sociedade, pelas suas características próprias de vida, que é explorado pelo patrão, pelo *gato*, pelo próprio Sindicato, que supostamente deveria proteger seus interesses. São trabalhadores que, embora se constituam em mão de obra produtiva e lucrativa, não fazem parte oficialmente do conjunto da população consumidora, porque não possuem poder aquisitivo para tal.

Essa população encontra-se excluída de seus direitos elementares, mesmo aqueles garantidos pela CLT, ou pela Constituição. Emprega sua força de trabalho na área rural, embora resida, em maior quantidade, nas grandes favelas urbanas, ou naquelas que começam a surgir nas periferias dos distritos e pequenos municípios do interior. A grande maioria não possui carteira de trabalho; desconhece direitos trabalhistas básicos de indenização, seguro, hora extra, FGTS, décimo terceiro salário, indenizações por invalidez ou perda de membros em acidentes de trabalho e outros (Tabela 2).

**TABELA 2 – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS BÁSICOS**

DOCUMENTO	TOTAL	MULHERES	HOMENS
RG	34,18%	23,18%	11,00%
TITULO DE ELEITOR	23,18%	14,18%	9,00%
CTPS	46,91%	33,55%	13,36%
CTPS ASSINADA	81,00%	60,00%	21,00%

Fonte: Relatório do PEART, 1996.

São transportados em caminhões sem nenhum tipo de proteção, embora exista lei estadual que lhes assegura transporte em veículos fechados, e não raro sofrem acidentes graves, ficando, nesses momentos, abandonados à própria sorte, sem direito a tratamento médico hospitalar adequado ou indenização por perda de órgãos. (Tabela 3).

**TABELA 3 – ACIDENTE DE TRABALHO POR SEXO E REGIÕES**

<b>REGIÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>MULHERES</b>	<b>HOMENS</b>
LONDRINA	34,65%	16,83%	17,82%
MARINGÁ	28,71%	13,86%	14,85%
UMUARAMA	36,63%	21,78%	14,85%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,48%</b>	<b>47,52%</b>

Fonte: Relatório do PEART, 1996.

Essas condições são de todos, incluindo mulheres e crianças. A diferença se dá ainda mais pelo tratamento discriminatório destinado a essas categorias quanto ao salário que recebem. Mulheres e crianças trabalham tanto quanto os homens e recebem até 50% a menos que eles. Dessa população, 45% percebe até dois salários mínimos por mês, o que dá ao trabalhador rural do Estado o título daquele que recebe 32% a menos que os da mesma categoria nos outros Estados do sul do Brasil. <sup>12</sup>

<sup>12</sup> Dados da CPT, Londrina, 1995.

## 6 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Dentro do processo de desenvolvimento tecnológico que a sociedade vivencia nas últimas décadas, presenciamos a modificação quase radical de alguns setores, no que diz respeito à produção dos meios de sobrevivência da população. As políticas de caráter neo liberal, com a participação direta de interesses internacionais, cujas prioridades são as necessidades do capital monopolista, têm determinado os rumos das nações de terceiro mundo, dentre elas o Brasil.

À medida em que o capital se consolida em novas bases, agora sob a égide da micro eletrônica, química fina, a biogenética, também determina as novas formas de comportamento dos setores da economia mundial e, por conseqüência, do setor agrícola. Ao mesmo tempo expõe a gênese do progresso e da contradição existente em suas raízes e que se configura principalmente pelos limites que impõe a uma grande parcela da população, relegando-a à condição de marginal, na medida em que não permite que ela tenha acesso aos bens materiais, enquanto consumidora, e aos bens sociais, enquanto cidadã.

A modernização dos parques industriais, a gradativa *maquinização* de setores essenciais das fábricas, onde no lugar de trinta operários hoje se encontram quinze, e onde haveria quinze, encontra-se uma única máquina para realizar o trabalho, vem proporcionando uma rápida desagregação do homem, aos poucos sendo empurrado para a periferia das grandes cidades, engrossando as fileiras dos desempregados, subempregados, favelados. Em tempo, citaríamos Marx em na sua antiga e tão atual análise:

*“assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital”* (1994, p.450).

Parece pertinente afirmar que os trabalhadores assalariados rurais não só se encaixam nas palavras de Marx, como por via das circunstâncias contribuem para que elas se

mantenham atualizadas. Ainda há um contingente enorme de trabalhadores, juntamente com suas famílias, que se submetem às situações mais injustas possíveis de contrato de trabalho, para não perderem a oportunidade de trabalhar, mesmo que seja esporadicamente.

Dessa forma, de um lado temos um crescente progresso, e de outro, presenciemos a inexorável decadência da qualidade de vida pois, historicamente, junto com a máquina, vem o desemprego e conseqüentemente todas as outras formas de degeneração da pessoa privada da produção do seu próprio sustento. (Benjamin, 1998)

A analogia cabe perfeitamente à situação dos *bóias frias*, migrantes, já que estes são a configuração real do trabalhador que vende a sua força de trabalho juntamente com a da mulher, dos filhos e dos outros parentes, por quantias vergonhosas que mal cobrem o alimento do dia.

*“uma diária do bóia fria, hoje chega no máximo a 6 reais, na cana, para um trabalhador que corta 6 toneladas dia, (...) na catação de café, um saquinho varia de 3 e 50 a 6 reais e dependendo da quantidade de café existente, é possível encher latões de até 90 litros ao dia. Na maioria das vezes, essa quantia envolve o trabalho do marido, da mulher e dos filhos”* A. S – 49 a - sindicalista / BVP.

No capítulo anterior, observamos como se deu o processo de desocupação da terra no Norte do Paraná. Pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, colonos e porcentageiros foram expulsos das terras e substituídos por grandes latifundiários e a lavoura, antes dependente da mão de obra humana, passa a necessitar apenas de uma ou duas máquinas agrícolas para fazer o trabalho dos milhares de trabalhadores. Não se trata de assumir uma postura saudosista, mas de pensar uma forma concreta de homens conviverem com máquinas, ou seja, com a sua própria criação. Esta nova forma de produção significa que o capital assume, agora muito mais que em outras épocas, uma forma de ação que não deixa dúvidas quanto à sua eficácia: a exploração pela exclusão do trabalhador do processo de trabalho. O homem e sua força de trabalho tornaram-se material descartável: usa-se e joga-se fora. Sem opção, os antigos trabalhadores da terra deram origem a uma nova categoria de trabalhadores que hoje apenas trabalha na terra.

Esses trabalhadores aos poucos foram forçados a deixar os espaços que conquistaram em anos de trabalho, a construírem novos espaços e a resignificarem sua própria vida. Essa peregrinação foi deixando, ao longo dos caminhos percorridos, os vínculos subjetivos da antiga forma de viver. Assim, afirma Marx, “o trabalho obrigatório (...) tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, pela própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes” (1994, p.450). Os *bóias frias* tiveram que se adaptar a essa nova ordem da produção.

Hoje, o avanço da Ciência e da Tecnologia permite produzir quantidades cada vez maiores de grãos, caso específico do Paraná, assim como criar animais de linhagem superior credenciados dentro dos mais altos conceitos de qualidade; pode-se voar até às distâncias antes nunca imaginadas como atingíveis pelo homem; pode-se até clonar seres e criar vida das mais diferentes espécies, privilégio concreto da raça humana. Porém,

*“por trás desse espetáculo inquestionável da capacidade criativa do homem, “pesa o sofrimento humano , um sofrimento real, gravado no tempo, naquilo que tece a verdadeira história sempre ocultada. Sofrimento irreversível das massas sacrificadas; que dizer de consciências torturadas e negadas uma por uma” (Forrester, 1997, p.9).*

Dessa forma, não só *os folguedos infantis* desapareceram do cotidiano das famílias, mas desapareceram também muitas, ou quase todas as formas de manifestação cultural que antes os ajudava a se perceberem como pertencentes a um espaço, um lugar que era tido como seu.

No comportamento do *bóia fria*, é comum o envergonhar-se de si mesmo pelos motivos mais diversos, como pela roupa que veste, a cantiga que gosta de cantarolar, pela forma de falar, pelas condições do barraco em que mora...

*“eu puxo o chapéu porque nun gosto qui ninguém me veja (...) a gente vem chujo e ninguém gosta de vê gente chuja, e a gente nun gosta qui os outro vira a cara prá gente...” J M S 27 a / BVP.*

*(...) o chapéu a gente ponha assim prá num vê os otros oiando a gente com cara de medo o de nojo porque a gente tá ca ropa suja” J.G.P. 19 a / BVP.*

A sua história não é a que as pessoas gostam de ouvir. É, sim, uma história construída numa perversa trama social que não poupa ninguém, velhos e moços, mulheres e crianças, todos se enleiam nela, sem possibilidades aparentes de emergirem do seu meio.

*“Parece que num temo saída... a denúncia fica ruim prá nós (...) nós num podi falá nada, si não na outra coieta nós tá di fora; intão nós fica calado sobre o qui a gente passa lá (...) fica munto ruim prá nós...” JCG – 39 a BVP.*

Em assim sendo, a reação diante do olhar do outro provoca uma reação de auto defesa.

Dessa maneira, os expulsos do campo, incham as grandes cidades, povoam os viadutos, as pontes e os bancos das praças. A barbárie explicita-se configurada na miséria que compõe a vida de cada um, na fome, nas doenças que convivem nos barracos nas periferias diversas. A distância entre a letargia que conduz ao imobilismo e a falta de vontade e de esperança é muito pequena e acaba também, ela mesma, conduzindo à histeria e à violência.

## **6 .1 - Efeitos da Globalização**

A globalização da economia trouxe em seu bojo a globalização de outros componentes sociais, como a cultura e a consciência. Nesse sentido, pode-se afirmar que também, e principalmente, o mundo do trabalho tornou-se globalizado.

“Sob as mais diversas formas sociais e técnicas de organização, o processo de trabalho e produção passou a ser subsumido aos movimentos do capital em todo o mundo” (Ianni, 1996). As análises realizadas no âmbito da evolução dos modos de produção dão conta

de que os trabalhadores a ela submetidos são os que de certa forma pertencem a uma categoria urbana e, nesse sentido, têm acesso a uma quantidade de informações que lhes permitem pensar o momento presente, dar conta de controlá-lo dentro das possibilidades que possuem.

Porém, as categorias de trabalhadores que se encontram abaixo de qualquer patamar de classificação, segundo o grau de escolarização, estas não são sequer passíveis de classificação já que não possuem a condição mínima exigida para ocupar uma função das mais simples, isto é, não sabem ler e escrever o próprio nome. Logo, não fazem parte do movimento operário, pois não chegaram a ser operários pelo motivo exposto acima: não sabem ler e escrever, condição básica exigida para realizar tal tarefa.

No entanto, os valores ditados pelas sociedades de consumo esvaziam o homem do ser e centram todas as suas possibilidades no ter, ou seja, os valores da vida cotidiana estão condicionados à possibilidade de possuir dinheiro o suficiente para consumir. É dessa forma que se apresenta a sociedade em que vivemos, onde os desejos do ter sobrepujam irremediavelmente os valores do ser. Isto não significa uma forma de encarar o homem dentro de uma aura de santidade ou de transcendência, como se não precisasse das coisas terrenas. Trata-se, em última instância, de não substituir valores de vida que são expressão real das condições humanas.

O consumo é, sem dúvida, a principal característica da sociedade moderna: **a exacerbada produção da subjetividade individualista, valorizada enquanto forma que auxilia a afirmação do indivíduo**, como se tudo dependesse só dele, como se não fizesse parte de um coletivo maior. Assim, ele se crê poderoso: aperta botões, ouve o clic acionador de uma máquina qualquer e obtém desde o copo do refrigerante da moda até a comunicação com os mais longínquos pontos da Terra.

No entanto, ele faz parte de um sistema de relações materiais e sociais complexas. Não resta dúvida de que o cotidiano, hoje, está impregnado cada vez mais pela tecnologia eletrônica, mas não resta dúvida também que esta tecnologia exclui cada vez mais contingentes maiores dos mecanismos do emprego assalariado. Não é o fim do trabalho, mas o fim do emprego com a forma atual de contrato social e que conforme o avanço tecnológico,

mais e mais trabalhadores remete à condição de dispensáveis.

Este modo de ser dessa sociedade impõe-se aos trabalhadores *bóias frias* como um desafio que a priori, pode ser considerado como uma barreira quase intransponível. Eles passam despercebidos em meio ao ininterrupto movimento da sociedade, porque a característica mais evidente dela é justamente o poder de compra, o consumo já sinalizado. Qualquer sujeito que ganhe míseros sete reais por cortar 10 a 12 toneladas de cana / dia obviamente não se destaca pela característica do ter.

Dessa forma, se faz necessária a busca de um instrumento de luta que possibilite aos *bóias frias* as condições adequadas para usufruir do mundo do mercado como sujeito e não apenas como simples observador, desejante dos bens materiais produzidos por eles mesmos.

## 7 PEART – ONDE TUDO COMEÇOU

O PEART – Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário – nasceu da inquietude e da teimosia de algumas pessoas dispostas a lutar pelos direitos e pela igualdade entre os sujeitos.

Em princípio funcionou como um projeto piloto em algumas comunidades do Município de Bela Vista do Paraíso e do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina (Tabela 4).

Essa proposta de trabalho partiu inicialmente da CPT – Comissão Pastoral da Terra – e da Pastoral do Migrante do Norte do Paraná. Esses organismos da Igreja Católica, em contato permanente com os trabalhadores *bóias frias*, constataram um quadro desolador no que diz respeito às suas condições de trabalho, moradia, saúde e educação. Segundo pesquisa da própria CPT, realizada em 1991, no documento *Os bóias frias no Paraná*, em alguns municípios paranaenses, como Sertanópolis, Santa Mariana, Bela Vista do Paraíso e em alguns distritos do Município de Londrina, como Tamarana, o índice de analfabetismo beirava os 95% da população, num total de aproximadamente trinta mil habitantes, na faixa etária dos 15 a 25 anos. Além disso, a submissão aos patrões levava-os a aceitarem os acordos de trabalho mais inusitados, chegando a *assinar* contratos onde desistiam dos direitos a indenizações de qualquer espécie e em qualquer circunstância. Quanto aos salários, dependiam de mecanismos de controle extremamente rigorosos, cuja efetivação era deixada sob a responsabilidade do *gato*, isto é, o agenciador e contratante.

**TABELA 4 – EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LONDRINA –  
PEART**

<b>CÓDIGO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
1	Londrina	397.329	405.116	411.938
2	Bela Vista do Paráíso	15.152	15.217	15.271
3	Florestópolis	11.957	11.914	11.875
4	Porecatu	16.585	16.051	15.574
5	Primeiro de Maio	11.753	11.603	11.463
	Santo Antonio da Platina	38.865	38.995	39.123
7	São Jerônimo da Serra	13.111	12.993	12.777
46	Sertanópolis	14.110	13.923	13.755
47	Jataizinho	10.463	10.496	10.527
48	Santa Amélia	4.646	4.665	4.682
49	Nova América da Colina	4.053	3.995	3.946
45	Cambé	75.209	76.712	78.016
<b>TOTAL</b>		<b>599.123</b>	<b>607.697</b>	<b>615.192</b>
<b>Londrina</b>				

Fonte: Relatório do IBGE, 1996

Outra característica observada era a recusa aberta em participar das organizações que supostamente os defenderiam nas questões trabalhistas. (Relatório PEART, (1991)

Nesse contexto, o PEART apresenta-se como um amplo projeto de educação que, embora tivesse na alfabetização o seu eixo fundante, não se limitava a ela, mas oportunizava aos trabalhadores *bóias frias* a discussão e reflexão acerca da sua condição de

vida e da possibilidade de superação e/ou minimização dos conflitos vividos por eles. Nesse sentido, a característica mais evidente do PEART era apresentar-se como um Projeto Alternativo de Educação e capaz de ir além da decodificação das sílabas e letras. Nesse bojo, a politização, a organização popular comunitária, a valorização da cultura e recriação da memória dos *bóias frias* eram metas as quais o projeto deveria perseguir, como demonstra trecho da primeira minuta do projeto e que expressa o seu fio condutor:

*“desencadear uma ação educativa voltada para a formação crítica do indivíduo, de forma a atingir um mínimo de informação, conhecimento e compreensão da realidade, proporcionando-lhes instrumentos para o exercício da cidadania, tornando-se sujeitos da sua própria história” (...) “reconhecer as manifestações culturais dos trabalhadores como um dos elementos de construção, numa perspectiva de transformação da sociedade” ( Projeto PEART, 1992.)*

Iniciou-se o projeto em 1992 com 60 turmas distribuídas por três regiões do Estado, delimitadas segundo critérios de organização das Pastorais da Igreja Católica - Dioceses de Londrina, Maringá e Umuarama - já citadas anteriormente, onde verificava-se a presença maciça de *bóias frias* da cana, do algodão, da laranja, do café e outras lavouras. Pretendia-se atender, até o final de 1996, seis mil *bóias frias*. Percebe-se nesta ação específica a força do chamamento da Igreja Católica para ações dessa natureza, que ela apóia e ou patrocina. Nesse caso, trata-se de uma ação voltada para a alfabetização de jovens e adultos destinada às populações trabalhadoras marginalizadas e que se encontram sob o domínio de grandes usineiros da cana de açúcar, principalmente.

Em 1994, o projeto contava já com cento e oitenta turmas, aproximadamente quatro mil alunos *bóias frias* distribuídos por 53 municípios.<sup>13</sup> Para garantir a qualidade mínima do trabalho educativo a ser executado, os responsáveis pelo projeto criaram uma equipe de assessoria pedagógica cujas atribuições se dariam em torno de questões, tais como: seleção, capacitação e avaliação do trabalho dos monitores em sala de aula e fora dela, já que uma parte do trabalho realizado por eles seria na comunidade. Além disso, os assessores deveriam produzir materiais pedagógicos adequados para uso dos alunos e dos monitores, além de material teórico para publicação em veículos diversos de comunicação, principalmente revistas específicas do tema.

<sup>13</sup> Relatório Final do PEART, 1995.

Para garantir uma diferenciação com a escola oficial <sup>14</sup> o projeto foi definido como uma *escola aberta*, isto é, deveria apresentar diferenças básicas da forma de organização da escola regular. Dessa forma, a presença deixaria de ser obrigatória, os conteúdos deveriam levar em conta as especificidades dos sujeitos envolvidos, o processo de avaliação deveria ter como princípio o desenvolvimento das potencialidades e a capacidade de apreensão dos conteúdos; a metodologia de ensino deveria deixar de lado qualquer semelhança com as experiências e ou modelos da escola tradicional. Levou-se em consideração o fato de que os *bóias frias* ou uma boa parte deles, vivem em constante movimento, ou seja, estão onde têm trabalho, não permanecendo mais que três ou quatro meses no mesmo lugar. Logo, para dar conta dessa realidade, não se podia fazer uso dos mesmos critérios utilizados pela escola oficial para controle da frequência dos alunos e atender a forma pela qual eles se apropriariam da leitura e da escrita. Portanto, ao retornar das suas viagens de trabalho, os alunos tinham garantida a sua vaga na sala de aula.

Outro aspecto que deve ser focado é a organização dos GBAs - Grupos de Base de Alfabetizadores. Estes foram criados a partir das salas de aulas e deles faziam parte os alunos, o monitor e pessoas que, de certa forma, exerciam influência na comunidade. O objetivo desses grupos era fazer o que hoje constitui-se por *transversalidade*, <sup>15</sup> isto é, dever-se-iam criar, a partir deles, formas de inserção na comunidade para reivindicar direitos elementares, como asfalto, água, luz, material escolar, construção de salas de aula, além de promoverem também reuniões festivas, comemorações, sessões de vídeo; enfim, trabalhavam no sentido de assegurar a infra estrutura básica para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, incluindo aí o lazer. Isto significava a responsabilização da comunidade pela permanência da sala de aula, após o término do projeto.

Do ponto de vista formal, os *bóias frias* demonstram o quadro de carências diversas a que estão submetidas as camadas mais pobres da população. Possuem altas taxas de analfabetismo e desescolarização, causadas pela falta de incentivo aos estudos, pela necessidade de contribuir no orçamento da família, pela inadequação dos currículos escolares que desconsideram a sua experiência de vida e de trabalho, e ainda pela forma como a escola

---

<sup>14</sup> Termo utilizado para referir-se à escola regular.

<sup>15</sup> Referindo-se aqui aos temas relativos ao modo de vida e às experiências dos “bóias frias”, os quais deveriam transformar-se em conteúdos.

se organiza enquanto instituição. A taxa de *analfabetismo funcional*<sup>16</sup> atinge 56% e de analfabetismo total, considerando-se a faixa etária de 7 a 14 anos, é de aproximadamente 40%.

Os dados estatísticos são mais que suficientes para justificar uma ação arrojada que possa intervir decisivamente no quadro apresentado.

Assim, num processo de colaboração mútua, Universidades Igrejas Católica e Evangélicas, Prefeituras outros órgãos comunitários e religiosos estruturaram o projeto e o colocaram em funcionamento, embora em condições precárias determinadas principalmente pelas enormes distâncias entre uma região e outra e, conseqüentemente, entre uma sala de aula e outra.

A participação de Professores das Universidades definiu o caráter pedagógico da ação alfabetizadora, ampliando-a no seu sentido geral, atribuindo-lhe um caráter educativo e não somente alfabetizador. De acordo com dados abaixo:

*“...propor um programa de educação cujo objetivo último é o desenvolvimento do homem na sua totalidade, partindo da apropriação da leitura e da escrita, ligadas à inserção destes trabalhadores nas comunidades locais (...)” “(...) o PEART, assumindo que o ato educativo não ocorre isoladamente, apresenta-se como um projeto multi e interdisciplinar onde as diversas áreas do conhecimento atuarão de forma a objetivar o processo educativo como um projeto político social, consoante com os interesses populares...”*  
(Projeto PEART, 1992).

Tais princípios assumidos pelo grupo de assessoria pedagógica passaram a orientar principalmente os cursos de capacitação dos monitores.

---

<sup>16</sup> De acordo com denominação atribuída pela UNESCO, refere-se à pessoa que não terminou o ciclo de oito anos da escolarização básica, obrigatória. No caso do Brasil, o ciclo da primeira a oitava série do ensino fundamental.

## 7.1 – Uma Concepção de Educação Alternativa

Apegando-se aos ídolos, os homens transfere para outros seres a sua capacidade de resolver problemas, a sua força criadora; acaba por se transformar num ser submetido, subjugado à inteligência e criatividade dos outros e, assim, ao invés de experienciar sua capacidade de realização, torna-se escravo da criatividade e inteligência alheios.

Dentre as formas de alienação que o homem cria para si mesmo, a mais perversa talvez seja aquela relacionada à linguagem. A fala carrega em si mesma a mensagem de um paradigma, de um mundo onde as percepções, sentimentos, conceitos, tecnologias, instituições regem a vida dos homens. Quanto a este mundo atual de transcendental capitalístico, transcendental porque é comum a todos os indivíduos que o compartilham, é ele o transatlântico em que nos movemos e que produz em série indivíduos que inferiorizam e pioram esse mundo. É a subjetividade capitalística. Certos grupos ainda vivem o espaço do território, a subjetividade feudalística, que produz indivíduos feudais. Mas a *cultura*, conceito conservador, segundo Guatarri & Rolnik (1986), predominante, é capitalístico. Só o espaço do saber – em eclosão – ultrapassa esse paradigma. Depende de nós e não temos certeza se vigorará, porque nem sempre temos condições concretas de controlar ou dominar os instrumentos necessários e adequados para tal.

Assim, o discurso se transforma num eficiente mecanismo de controle do pensar e do agir do outro. As pessoas mais simples, ou aquelas que não dispõem de condições intelectuais para decodificar uma mensagem falada, muitas vezes se deixam levar, convencer, pelo discurso da liderança - ídolo - que lhes bombardeia os ouvidos com a bela palavra, não raro associada aos gestos, aos diferentes modos de expressar os desejos de quem fala.

Logo, ao definir-se a abrangência do projeto, ficou patente a impossibilidade de que ele fosse assumido apenas por instituições e órgãos, cujas responsabilidades e particularidades das suas atividades, não estão definidas como ações escolares, embora possam ser consideradas como ações educativas. Portanto, havia que se convocar o Estado para responsabilizar-se pelo financiamento do projeto, já que a ação

proposta era, na sua essência, uma ação de responsabilidade do mesmo. Em se fazendo tal constatação, encaminhou-se o acordo entre o Estado e o PEART, passando então o primeiro a ser o financiador do segundo.

Então, explicitadas as responsabilidades as complicações também emergiram, posto que, enquanto financiador, o Estado passou a exigir o direito de realizar o *treinamento* dos monitores e usou este artifício como forma de pressão para a assinatura do convênio. Assim, a assessoria pedagógica, que era a participação da Universidade, teve que afastar-se do processo de negociação e retirar sua proposta de capacitação para não torná-la inviável.

Pelo lado dos proponentes do projeto, muitas incoerências podiam ser verificadas, porém, uma era a mais comprometedora e por isso deve ser explicitada. Tratava-se do entendimento que a coordenação geral do PEART tinha a respeito da concepção de alfabetização. Esta tornou-se evidente a partir do convite feito às pessoas para atuarem como monitores das salas de aula. As pessoas convidadas possuíam, na sua maioria, a quarta série do primeiro grau; poucas haviam cursado a oitava série e grande parte delas não sabia escrever corretamente o próprio nome.

Considerando-se o fato de que o quadro de 120 monitores contratados nesse momento não possuía formação mínima necessária para alfabetizar, e considerando-se que o Estado usava do seu poder como órgão financiador para garantir o direito de *treinar* os monitores, percebeu-se que havia muito mais a fazer do que se pensava até então. A partir daí, em todos os *treinamentos* feitos pelo DESU – Departamento de Ensino Supletivo da – SEED – Secretaria de Estado da Educação, dois membros do grupo de Assessoria Pedagógica da Universidade fazia o curso como convidado da CPT para conhecer a forma como este seria realizado.

Tal propósito justificava-se já que o grupo de Assessoria Pedagógica tinha uma formação bastante diversificada, e por isso pensava uma forma de capacitação para a alfabetização, correspondente ao seu pensamento ideológico. Cada um a seu tempo, representava diferentes instituições, tais como a Igreja Católica e Evangélica, Sindicatos e Associações, Partidos Políticos e outras. Assim, fazia-se presente a afirmação de Gohn (1992,

p.49-50) de que “não existe movimento social puro, sem assessoria...” e ainda “a assessoria é parte constitutiva do movimento...,” o que levou o grupo a refletir sobre a responsabilidade de construir a base político – pedagógica do projeto, a qual daria sustentação aos trabalhos realizados, fossem eles quais fossem.

Com diferentes formas de ver e pensar o mundo, de concepção de homem, de sociedade e de educação, cada componente, em momentos oportunos, apresentava seu ponto de vista. Em meio a um emaranhado de pensamentos, as relações se construíram num constante embate, o que permitiu que se desnudassem posições políticas, princípios e filosofias de vida, interesses e objetivos particulares, mas principalmente as concepções que diversas pessoas possuíam a respeito de trabalhos desta natureza. O cotidiano expôs o conflito e este forçou a busca de soluções para problemas concretos que se criaram, a partir das salas de aula, nas comunidades, nas regiões, nas coordenações e outros.

Explicitavam-se, dessa forma, os opostos - Universidade, Estado, e Pastorais da Igreja - participando de um mesmo espaço, mas ao mesmo tempo lutando para garantir o seu próprio espaço de poder e, para tal, usando todas as armas que julgavam de direito. Assim, ao que o Estado propôs como *treinamento*, a assessoria pedagógica propôs ações alternativas para trabalhar o material – cartilhas - oferecidas pelo governo para a alfabetização; ao convite feito pela coordenação geral do projeto para os candidatos a monitores, realizou-se uma forma de seleção, constando de critérios, como ter escolaridade mínima de segundo grau, não necessariamente magistério, ser liderança na comunidade, estar envolvido em trabalhos comunitários de alguma forma; ou seja, que o monitor não fosse um estranho ao grupo, mas que também não fosse, como preferia a coordenação, um *bóia fria*, justificando que somente estes podem compreender a forma de vida que levam.

Nesse momento, pôde-se constatar o descontentamento da coordenação geral do projeto, opondo-se às vezes declaradamente, outras, veladamente, ao *academicismo repetitivo* da universidade e demonstrava tal descontentamento ignorando deliberadamente as decisões tomadas pelo grupo de assessoria após longas horas de discussões. Explicitou-se, assim, especialmente para mim, o caráter assistencialista, missionário e voluntarista do projeto.

## 7.2 - Limites e Possibilidades de uma Ação Alternativa

A modelação do homem enquanto natureza humana se dá pelas vias de todos os seus sentidos, não só pelos cinco sentidos ditos e reconhecidos.

Nesse processo da modelação humana, os outros sentidos, como as vontades, os desejos, o amor, aos quais chamamos de sentidos espirituais, trabalham juntos a tarefa de formatar um homem completo no que tange à plenitude da natureza humana. Tais sentidos, criados e alimentados pelas necessidades diárias que o próprio homem cria para si próprio, acabam por se tornarem a força social que define o homem deste jeito e não daquele outro jeito, ou seja, o homem é o que as suas relações sociais permitem que ele seja. No processo de formatação do homem desta e não daquela forma, as instituições, de natureza pública e privadas, religiosas, político partidárias ou não, têm papel fundamental.

Qualquer trabalho com as características do projeto de que trata o presente texto tem como suporte uma ou várias instituições e não pode abrir mão delas, sob pena de não poder sustentar-se. Como o demonstram os relatórios anuais do PEART, os resultados da ação educativa por ele desenvolvida foram mais que positivos considerando-se o ponto de vista do Estado. Este, como parceiro e financiador, investiu maciçamente em estratégias para que o trabalho de escolarização ficasse por conta da Associação.

Para não ver morrer a iniciativa, cada vez mais foram assumidas classes de alfabetização e escolarização básica – de 1ª a 4ªs séries - num crescendo que acabou por sufocar os princípios que orientaram o PEART no seu início. Diante disto, restou um questionamento oportuno no sentido de descobrir a função da educação na atual conjuntura, ou seja, qual a relação que se pode estabelecer, ou que já se encontra devidamente estabelecida entre

*“a estrutura econômico social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo de divisão do trabalho, produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana”?* (Frigotto, 1996, p.26).

Em se tratando de um projeto de educação cuja atividade primeira é a alfabetização, é necessário refletir incansavelmente a ação desenvolvida na sua totalidade.

Não é mais possível admitir que alfabetizar seja o suficiente para que o sujeito possa enfrentar os desafios impostos pelo mundo do trabalho. Nesse sentido, o que o PEART oferece é apenas e tão somente o que o Estado determina como escolarização à população marginalizada de diversas e diferentes camadas. Com o certificado da 4ª série do ensino fundamental, qual atividade produtiva poderá ser realizada por um trabalhador, como atividade profissional, além daquela que já realiza há tempos, que é de cortar a cana, carpir o café, plantar o algodão, e tantas outras da mesma natureza?

Portanto, da ação educativa proposta pelos objetivos e princípios citados anteriormente, resta hoje muito pouco ao PEART. Tornou-se um aparato importante, porque útil ao Estado, já que assumiu uma função que, historicamente, é responsabilidade dele mesmo, isto é, a educação escolarizada.

Como salienta Frigotto

*“Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital” (1996, p.26).*

Diante disto, em nada estranha o fato de que uma ONG possa assumir a responsabilidade de escolarizar, preparar para a realização de *exames de massa*,<sup>17</sup> encaminhar para a escolarização do segundo ciclo do ensino fundamental e outros. Para estes trabalhadores isto basta, pois, no cômputo geral, eles nada significam para a sociedade. A formação profissional exigida pelo mercado de trabalho requer muito mais, uma capacitação técnica, para a qual o exame de massa, o processo aligeirado de aquisição do certificado de conclusão da 5ª ou da 8ª séries, não é suficiente.

---

<sup>17</sup> Exames Supletivos realizados em diferentes épocas do ano e dos quais participam milhares de pessoas para realizarem provas em diferentes áreas do conhecimento.

O conhecimento é a condição básica que atribui ao homem a capacidade de produzir e, através do processo de trabalho, estar em sintonia com o mundo que o cerca, nunca como mero espectador, passivo, mas como indivíduo produtivo.

Esta condição, ou seja, a condição do homem como ser produtivo, é a condição determinante da sua universalidade. É o que o impulsiona a abraçar o mundo exterior e manifestar nele e para ele seus próprios poderes humanos. É o que o torna único, singular, soberano entre todos os animais. O homem passivo, improdutivo é, de antemão, um homem morto. Através do trabalho, o homem **realiza sua própria essência**, ou ainda, **retorna à sua essência**.

Isto, no caso específico dos *bóias frias* vem a corroborar a idéia de que eles não necessitam de piedade, muito menos de proteção. Necessitam, isto sim, das oportunidades que lhes foram negadas pela sociedade, de construir seus próprios instrumentos de luta, instrumentos estes, que se configuram como a educação escolar, o acesso aos meios de informação, a formação cultural, a valorização enquanto sujeito capaz de produzir os meios que lhes permitiriam descobrir o mundo com suas inúmeras formas de viver, de produzir riquezas para si próprio e para os outros. Quanto aos *bóias frias migrantes temporários*, a construção das relações concretizam-se sob as condições específicas em que desenvolvem as suas relações de trabalho e da forma como produzem a sua subsistência. A temporalidade define a forma como pensam e realizam a sua vida, como sonham e se permitem desejar algo. Isto é, o desejo tem a dimensão exata que o tempo disponível permite para desejar ou sonhar e cada local de trabalho se constitui assim, num lugar especial onde tudo é possível tanto de ser feito como de ser desfeito. Além disso, a forma como produzem o seu sustento nos diferentes lugares por onde caminham, numa constante busca, é definitivamente a condição que os define como homens trabalhadores, produtores de necessidades e de riquezas.

Reforçados pelas idéias que defendem os líderes que com eles estão envolvidos e que militam nas diversas pastorais da Igreja Católica e outras, vivem a crença de que esperar em Deus é imprescindível para que possam encontrar a felicidade e garantir, em outra vida, a bonança que não tiveram Terra. Essa busca de Deus é retorno a si mesmo, no momento em que reconhecem e exercem as suas capacidades, as suas potencialidades, como

obras do seu desenvolvimento, da sua transformação e crescimento enquanto espécie e nunca como um indivíduo subjugado a um outro ser.

Esse Deus, o que submete o homem à Sua vontade e determinações, é a quem acreditam ser o provedor de todas as suas necessidades. Crêem nEle com muito fervor e fazem dessa crença um antídoto para os sofrimentos todos que os afligem. Embora possamos desacreditar de um Deus, Ser superior, a quem tudo é permitido, nesse caso em particular uma observação mais próxima nos fará deixar de lado o nosso julgamento sobre sua fé. Numa observação mais próxima do modo como os *bóias frias* vivem e produzem, é possível redimensionar o nosso jeito de perceber a função da religião para esses sujeitos. Isto porque, ao nosso olhar, nenhuma força terrena, por mais poderosa que se constitua, é capaz de fazer suportar as agruras por que passam, e com as quais convivem.

*“a gente sente falta das reza, das missa, (...) aqui só de vez in quando a gente faiz uma reza, (...) quando o padre vem que é bom (...) parece qui a gente fica renovado” M.D.J. 35 a BVP.*

Nesse caso, a individualidade e a subjetividade devem ser entendidas como elementos constituintes desse ser especial, que luta num mar de contradições, conflitos e necessidades para estabelecer a condição mínima para continuar vivendo. Essas são condições que se constituem definidoras da formação e condição humanas, desses sujeitos, além do que, tendem a definir até quanto as necessidades se tornaram necessidades humanas da mesma forma como acabam por definir o quanto ele, o homem, é um ser social.

Os nossos sentidos, quando atingidos pelas necessidades e/ou desejos primários, como a fome, por exemplo, são extremamente semelhantes aos sentidos de qualquer outro animal. Logo, “o homem necessitado, cheio de preocupações, não pode admirar nem o mais belo espetáculo” (Marx apud Fromm, 1983, p.40). Isto nos demonstra que os sentidos naturais, para se tornarem humanizados, devem ser lapidados pelos estímulos exteriores, ou seja, aqueles aos quais o homem está inserido no mundo que o cerca.

Assim sendo, os *bóias frias* estão prejudicados pela natureza do trabalho que realizam, e por isso têm dificuldades em explicitar naturalmente a sua capacidade do belo, do agradável, do ameno, mesmo porque, o seu mundo tem muito pouco do belo, do ameno. Porém, ao serem desafiados, instigados na sua curiosidade, na sua vontade de realização, ao serem testadas as suas condições de criatividade, afloram como sujeitos corajosos, potencialmente capazes de exercer diferentes papéis com iniciativa e responsabilidade.

No caso dos *bóias frias*, migrantes *temporários*, suas diversas relações com o belo, o ameno, isto é, com o que lhes dá prazer, se constituem sob as condições em que desenvolvem as suas relações de trabalho, a forma como produzem a sua subsistência.

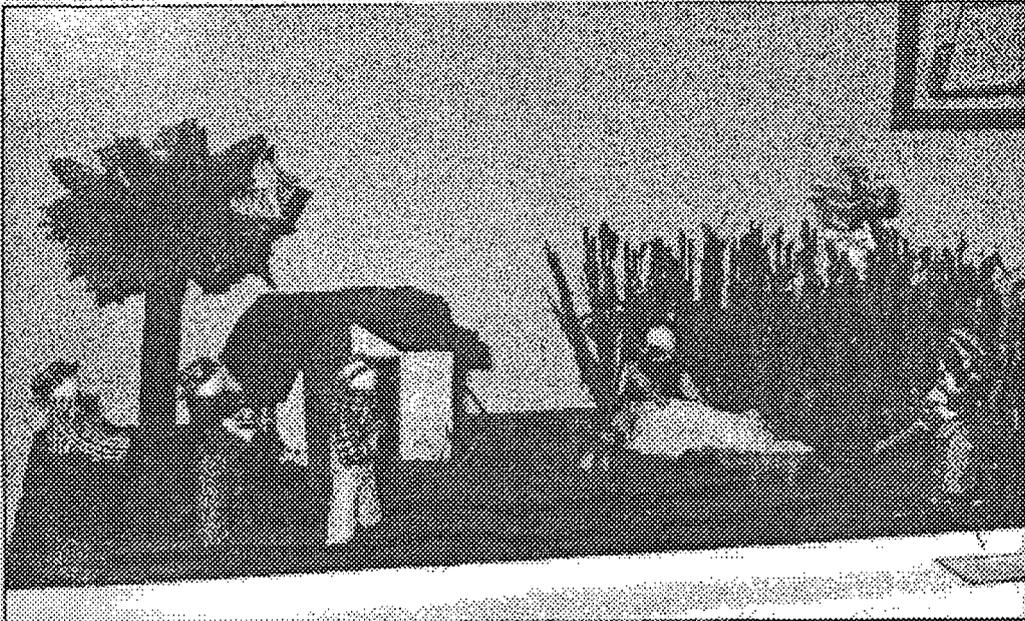
Ainda, a forma como produzem o seu sustento nos diferentes lugares por onde caminham é, definitivamente, a condição que os define como homens trabalhadores.



FIGURA 21 – TRABALHOS ARTESANAIS DE EDUCANDOS DO PEART – 1996



FIGURA 22 – PRESEPIO DO PEART – 1996



*“...aqui, nós nun tem segurança de nada, nós vive numa corda bamba, se o patrão vai com a nossa cara, nós tá bem e vai ficando; se não...; se uma criança fica duente, nós anda até 12 quilômetro cum ela na cacunda pá chegá na farmáça o nu posto di saúde” J.M.S. 38 a – BVP.*

Assim, cada um vive o dia a dia como se estivesse vivendo o último. Não vale a pena sofrer por pouco, como vale a pena ficar feliz com pouco. A vida é intensa, minuto após minuto.

## 8 A QUESTÃO CULTURAL E A SUBJETIVIDADE

Empurrados pelas contingências do mercado de trabalho caracterizado na sua totalidade pela sazonalidade e pelas determinações, mudanças e oscilações da economia local e mundial, os *bóias frias* acabam construindo uma cultura que não é nem a sua de origem, nem a das pessoas e/ou lugares onde permanecem durante a época de plantio e colheita. De acordo com Silveira & Doray (1989, p.46).“...a subjetividade e os sentidos que a ela correspondem, não é pensada como sendo posta naturalmente, (...) mas ela se constitui na e pela prática”. Dessa forma, entendo os *bóias frias* construindo o seu processo de subjetivação de uma forma singular, na lida do trabalho, na convivência com os diferentes, desconhecidos, que se renovam a cada novo lugar no qual vão trabalhar. Essa lida, rica de experiências e construções significantes e resignificadas, são os elementos com os quais constróem e alimentam uma cultura enriquecida pelo novo, adquirido na lida do cotidiano.

Trata-se de uma *cultura intermediária*, equilibrada pelas necessidades de manutenção de alguns *vínculos vitais* e que lhes dão a certeza do não desaparecimento das suas raízes. Nas *dobras* das estradas e dos *carreadores* de café e *eitos* de canaviais, eles cantam as cantigas que lembram as brincadeiras da infância, recitam os versos que antes falavam para as namoradas nas noites de luar, relembam fatos e casos que povoaram as noites de lua cheia no terreiro da velha casa. Isto alimenta a labuta do cotidiano, embalada pelos galhos do cafeeiro, *pela música do cair dos grãos no fundo dos latões*, a cada saquinho de café colhido. Esse comportamento pode parecer estranho e até mesmo fora de moda ao estranho que deles tem pouco conhecimento. No entanto, é o modo que encontram para reavivar na memória a vida vivida em algum lugar ou momento. Na sua peregrinação, tudo é incerto, inesperado, desconhecido. Será que o alojamento é bom? Vai ter água prá fazer a comida e dar banho nas crianças? A casa vai ter muitas famílias juntas? Diante de tantas incertezas é imprescindível que se criem mecanismos que assegurem a sobrevivência do grupo.

As relações de trabalho, afetivas, de amizade, familiares... são marcadas pela efemeridade, que impede que elas criem corpo, que se ponham. Por isso, estão constantemente criando-as e recriando-as de acordo com padrões próprios de conduta ética,

política e religiosa, entre outras.

*“...lá a gente fica muito amigo dos que fica com a gente no mesmo lugar (...) a gente tem de fazê amizade prá podê se defendê (...) uns protege os otros da perseguição dos patrão, dos gato, (...) é preciso...se a gente tivê sozinho é munto ruim” C. A. D / 42 / BVP.*

*“...se um de nós precisa, os outro larga a lida e vai ajudá (...) quando um fica duente, um fica prá companhá ele na farmáça (...) lá num tem médico, só condo o pião tá munto ruim” L. D. 50 a. BVP.*

Portanto, são fatores determinantes da subjetividade dos *bóias frias* o local, as pessoas com quem convivem, e até o produto que plantam ou colhem, pois, para alguns, é necessário maior concentração na efetivação da tarefa do que para outros, o que possibilita ou não conversar, comunicar-se de alguma forma durante a execução da tarefa. Dessa forma, constroem o pensar e o agir, condicionados ao espaço social e geográfico que ocupam em diferentes momentos da vida e ao trabalho que executam.

Do seu ideário, pouca coisa resta. Os valores e crenças, os costumes, as danças e os *causos*, a fala, tudo o que constituiu o seu universo cultural <sup>18</sup> está diluído num conjunto de informações difícil, senão impossível, de ser compreendido, devido à pluralidade que o compõe, com exceção dos mais velhos que guardam uma postura saudosista e desesperançada com relação ao futuro.

*“...nun ispero nada do futuro, (...) futuro a gente da roça nun tem não sinhora” (...) o tempo passô dona, vortá pá roça nun dá mais, (...) é munto sacrifício e se produz alguma coisa, num tem prá quem vendê, intão, é só a sodade que fica...as coisa de lá era boa, mas...hoje nun dá mais” J. Õ. C / 68 – BVP.*

Quanto aos mais jovens, a esperança reside em deixar de ser *bóia fria* e

*“pegá um serviço com carteira assinada na cidade, ter uma casa prá morá, dá istudo pros dois piá, (...) eu gosto dos baile que o pessoal faiz aqui, é muito divertido e a gente se distrai, (...) eu e a muié qui vamo trabaiá em Minas, nós num vai mais porque num tem quem cuida dos piá, mas si dá, a gente vai...” M.A.O / 23 a BVP.*

<sup>18</sup> Aqui entendido como manifestações culturais herdadas dos pais, avós.

Além desses fatores, o patrão, o *gato*, os meios de comunicação, têm papel determinante na inculcação de um novo ideário, que vai se construindo na medida em que convivem e vivem com e sendo *personagens temporários*, aqui, lá, além.

Para efeito de análise, pode-se afirmar que esta é uma via perversa de submetimento, devido à sutileza com que age, à medida em que coopta e faz seu o discurso, num processo de envolvimento que os torna imobilizados<sup>19</sup> para reagir. O seu saber, o seu fazer, dilui-se no saber e no fazer do outro e a personalidade esvai-se nessa confusa massa de informações e *convites* que recebe no seu dia a dia. Desse modo, o pensamento representa mais a ação do outro que a sua própria e por isso não decide. Há sempre alguém, o patrão, o *gato*, o padre, o sindicalista, que pensa e decide por ele, e, quase sempre, consegue convencê-lo de que está pensando e agindo por si e para si próprio.

Esta situação os coloca, visível e constantemente, na defensiva. Há resistência e de formas variadas. Ora é o silêncio, ora são as atitudes veladas que demonstram apenas o que querem que vejamos; ora é o vocabulário, que em alguns casos chega a assemelhar-se a um *dialeto*,<sup>20</sup> o que não permite a aproximação do estranho.

Pode-se perceber também o sentido que dão a certos valores, como a constituição da família,<sup>21</sup> por exemplo, antes computados dentro de um rol determinado pelos outros, os de fora. Se observados com maior cuidado, perceber-se-á que não pertencem mais ao seu conjunto de desejos, possuir um pedaço de terra tornar-se um pequeno proprietário. São valores que têm para eles outros significados, não se encaixando mais no nosso conjunto de valores tradicionalmente conhecidos.

*“...já fui trabaiaá no café, (...) é munto ruim, (...) o que é mais ruim é a falta que a gente sente de quem fica, (...) os mais chegado da gente, (...) assim num tem futuro, nóis vai sê igual os pai da gente (...) um poco aqui, um poco lá (...) pros meu filho eu quero um futuro melhó... istudo, casa prá mora...trabaio na cidade...isso aí”* M.F.S. 17 a / BVP.

<sup>19</sup> Imobilizados aqui quero significar o desinteresse por uma luta mais coletiva. Para eles tudo é muito difícil e a apatia, traço constante do seu comportamento, torna essa dificuldade maior.

<sup>20</sup> Significando gíria própria para objetos, comidas, pessoas e tantos outros.

<sup>21</sup> Todas as pessoas que moram no mesmo barraco: pai, mãe, irmãos, cunhados, avós...

Estas atitudes podem ser lidas como formas de preservar a privacidade coletiva, a sobrevivência do grupo, de onde se conclui que os costumes, hábitos e valores éticos e morais dos *bóia frias migrantes*, além dos desejos manifestos do ter, não podem ser vistos, analisados e/ou discutidos sob os mesmos parâmetros que os nossos, isto é, de uma camada da população que tem outro conjunto de valores, além do acesso a um conjunto de informações que são instrumento para compreensão de um mundo diferente do mundo em que vivem aqueles.

Para eles, os valores acerca da estrutura familiar, da música, da dança e da religião, têm organização, forma e função completamente diferentes, se não opostas, às que consideramos dentro do padrão socialmente aceito. Espaço e tempo de vivência do lúdico dependem da jornada de trabalho ou da falta dela, isto é, até do desemprego, que hoje é constante entre eles. Há tempo determinado para a liberação do imaginário, para a fuga do mundo real. A música sertaneja, a que traduz a melancolia do seu viver ou que traz na sua melodia e letra a apologia da terra e do homem que nela trabalha, ou os “os bailes de som de alta potência” (Lima, 1991), atraí os jovens para os salões e clubes das periferias, ou dos vilarejos.

*“...quando bate a saudade, a gente liga o radinho e ponha nos pograma de música sertaneja, parece que o cansaço do dia fica menó, (...) ouço e gosto munto porque fala da vida da gente, da vida que os pobre leva...i quando eu tô longe eu alembro do meu namorado também”* M.F.S 17 a / BVP.

A religiosidade se expressa das mais variadas formas, embora no discurso predomine a religião católica. A busca do *divino* se dá na intenção da cura, de afastar o mal, de atrair a sorte, de suavizar a dureza do dia a dia, enfim, da esperança da melhoria de vida. No fundo, prevalece uma esperança, quase certeza, de que o sofrimento de hoje, terá uma paga posterior, e que se dará numa outra dimensão que não a terrena.

*“...nóis tem munta fé em Deus, sem fé im Deus nóis num vévi (...) mas o benzimento só dá certo se nóis invoca a nossa fé nEle. (...) Já passei crente uma vez mas nun sigui, (...) na católica é mais livre e tudo é o mesmo Deus, nun é memo?”* F.G.S 42 a /BVP.

Há uma constante migração de igreja, até porque o que procuram pode estar em qualquer uma delas, ou seja, esperam minorar, de alguma forma o sofrimento da vida que levam. Procuram, na verdade, uma relação que os sintonize ao celestial, já que acreditam estar lá a felicidade, ao alcance das mãos. Buscam uma relação mais estreita com o espiritual, pois nela acreditam estar a promessa de bênção, da cidadania, do pertencer, que ao mesmo tempo os torna menos pecadores, menos solitários, menos doentes, menos destituídos, menos desiguais. Para isto, o que menos conta é a instituição. Há que aliviar o peso que a vida lhes impõe.

*“...quando o padre chega, é munto bom, a gente fica alegre demais, tem missa e procissão aqui no alojamento, tudo mundo participa, canta, reza, faz louvô a Deus... é uma alegria só” J. O. P. 52 a / BVP.*

Aqui, ou em outro lugar, é fundamental garantir o alimento não só do corpo, mas também e principalmente, da alma. Afinal, acreditar em algo é a chama que alimenta a necessidade de continuar vivo.

### **8.1 - Em Busca de uma Vida Melhor**

Percebe-se que esses trabalhadores possuem uma forma suigêneris de ver o mundo que os cerca. Notam o jogo da manipulação na pseudo defesa dos seus interesses. Estabelecem modos de defesa de si próprios e um deles é *a falsa obediência*. Esta revela a sutileza com que enfrentam a dominação e os leva a agirem com certa concordância, sobre temas que envolvem suas mais diversas lutas. Deixam-se *proteger* contra as influências de outros conhecimentos, considerados, por alguns, maléficos para eles, como se acreditassem piamente nesta possibilidade.

No entanto, estes conhecimentos, na maioria das vezes, sequer chegam a ser discutidos com eles. Tudo não passa de decisões tomadas à revelia de sua vontade, sem o seu conhecimento, simplesmente porque um grupo de pessoas se auto atribui o direito de decidir o que é melhor para eles. Nesse caso, agem como se valorizassem a decisão do outro, no

entanto, continuam agindo segundo seus próprios preceitos e decisões.

Embora saibam que suas condições materiais, sociais e econômicas são produzidas pela própria sociedade, a partir do modelo de desenvolvimento econômico que adota, os trabalhadores *bóias frias* têm grandes dificuldades em lidar com elas. Estas dificuldades se colocam nas formas de agir das lideranças, que reforçam a unilateralidade das ações, ou seja, agem ignorando deliberadamente a capacidade de pensar e de agir que os grupos de trabalhadores possuem, com isso criando um vínculo de dependência permanente. Dessa forma, uma parte significativa do trabalho comunitário deixa de ser implementada e as necessidades dos trabalhadores deixam de ser supridas.

O que pude observar nesse período de convivência com eles é que nada lhes passa despercebido. Pelo contrário, há uma grande possibilidade de que eles controlem as ações praticadas pelo outro, pelo estranho. E mesmo do ponto de vista do conhecimento popular, do senso comum, esse conhecimento dá conta de proporcionar o necessário, enquanto vínculo cultural, que permite a sobrevivência.

Porém, sabe-se que somente a defesa ingênua da sua cultura e dos seus saberes é insuficiente, enquanto contribuição efetiva, para que possam sair do lugar comum onde se encontram. É necessário muito mais, já que seus limites para compreender os mecanismos sociais que determinam as suas condições de vida exigem, além de condições específicas, capacidade de compreensão mais profunda, só proporcionadas pelo domínio do conhecimento científico. Nesse sentido, a escolaridade adquirida nas salas de aula do PEART, e que lhes assegura um certificado de conclusão de um grau mínimo de escolarização, constitui-se insignificante como instrumento de luta na busca de uma vida melhor.

Há que considerar também uma característica básica dos movimentos de trabalhadores que tendem a particularizar a sua luta, ao invés de buscar aliados em outros campos, em outros movimentos. Tal atitude é equivocada e dificulta o avanço na busca de soluções para os problemas. Dessa forma, as estratégias para satisfazer as suas necessidades acabam se destinando apenas à satisfação das necessidades imediatas de cada segmento. As alianças ficam dificultadas, senão impossibilitadas, pelo fechamento que se dá em torno desse modo de agir para resolver problemas.

Porém, há fortes evidências, observando-se o seu comportamento diante do estranho, como salientei anteriormente, de que eles não querem as soluções que lhes propomos, segundo o que pensamos em termos de soluções. Querem o imediato (...) aceitam a fragmentação, o nomadismo, o instantâneo, o provisório.... Deslizam pelos acontecimentos, pelos processos, São sem destino...

Esta evidente faceta do seu comportamento acaba contribuindo muito para a fragmentação das ações em prol de tantos grupos de trabalhadores e de populações marginalizadas, como os *bóias frias*. É difícil, senão impossível, atribuir a eles o nosso modo de enxergar o mundo. Eles têm o seu próprio e não desejam apropriar-se do nosso.

Se considerarmos a ação dos grupos religiosos que fazem o trabalho pastoral junto aos *bóias frias* migrantes, o problema se torna mais acentuado ainda, pois a Pastoral do Migrante, por exemplo, trata muito mais de fazer o trabalho pastoral, isto é, conta mais o lado religioso e espiritual, como se, para suportar a brutal condição de vida a que são submetidos nos locais de trabalho, fosse necessário invocar a ajuda de algo sobrenatural. Porém, isto não impede que também faça um trabalho eficiente de fiscalização junto aos alojamentos, para que patrões e *gatos* ajam com justiça junto aos trabalhadores, auxiliando no sentido da reflexão e da construção de estratégias que visem a melhoria da sua condição de vida. Segundo GRZYBOWSKI (1971), “para entender os movimentos de assalariados no campo (...) faz-se necessário (...) uma análise que vá além do formalismo classificatório e recupere o processo social na sua totalidade...” principalmente se considerarmos as peculiaridades de algumas categorias.

Nesse sentido, torna-se claro que o fato de serem os trabalhadores assalariados rurais classificados em diversas categorias, como demonstrei anteriormente, pouco, ou quase nada, acrescenta ao esforço de compreender a sua forma de viver.

## 9 A TÍTULO DE ANÁLISE E REFLEXÃO

Apenas conhecendo, o homem é capaz de produzir e, através do processo de trabalho, estar em sintonia com o mundo que o cerca, não como mero espectador, mas sendo ativo, criativo, com capacidade de decisão.

O processo de trabalho, a *ação constante*, é a forma única pela qual os homens são capazes de desenvolver as suas potencialidades, faculdades. No caso dos *bóias frias*, isto vêm a corroborar a idéia de que eles não necessitam de piedade, muito menos de proteção. Necessitam, isto sim, das oportunidades que lhes foram negadas pela sociedade de construir seus próprios instrumentos de luta, instrumentos estes que se configuram como a educação escolar, o acesso aos meios de informação e formação cultural, enfim, os meios que lhes permitiriam descobrir o mundo com suas inúmeras formas, de viver e produzir riquezas para si próprios e para os outros.

Nesse sentido, os limites de trabalhos como o do PEART não devem fugir dos momentos de análise e avaliação das ações por eles desenvolvidas. A escolarização é, na sua maior parte, realizada por pessoas sem a devida formação, ou seja, sem a capacitação técnica necessária para exercer tal função. Isto soma-se ao senso comum que compõe o conhecimento de monitores e de alunos e que os impossibilita de avançar, constituindo-se assim num círculo vicioso, ou seja, os alunos saem do processo no mesmo nível ou com pouca diferença do grau de conhecimento que possuíam ao ingressarem.

Outro fato que merece atenção é o comportamento manifesto por pessoas que convivem mais proximamente deles e que os influenciam de alguma forma. Estas, não raro, fazem da ciência e da tecnologia o *bicho papão* que vai devorá-los da mesma forma como devorou grande parte do trabalho que realizavam. A máquina se transforma no bode expiatório de todas as desgraças, principalmente do **desemprego que os afeta de forma maciça** (Relatório PEART, 1996). Urge que reflitamos sobre as exigências do mundo do trabalho numa sociedade globalizada, mas também que se descubram novas formas de produzir, de modo que essa população não seja inexoravelmente condenada ao desaparecimento, pelo fato de não estar inserida nos modernos modos de produção.

Na análise de Frigotto (1998, p.31), “o trabalho é, por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência (...) o próprio ser humano...”

Cabe indagar se a máquina é ruim em si, ou se os homens é que ainda não encontraram a forma de conviver com ela e de atribuir o devido valor a homens e, a máquinas. Afinal, ela é uma criação humana, a representação concreta da sua inteligência e portanto, não pode ser considerada como o grande mal da sociedade tecnificada.

Considero que os líderes deveriam tomar como propósito do seu fazer, no interior dos movimentos sociais, o incentivo à educação no seu mais elevado grau. Uma educação escolarizada que se configurasse como “uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais...,” uma educação que, como qualificação do homem na sua totalidade,

*“diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano... capazes de ampliar a capacidade para o trabalho na produção dos valores de uso em geral e como satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devir histórico” (Frigotto 1996, p.31-32).*

Essa educação é capaz de fazê-los compreender que os instrumentos de trabalho, como a máquina que corta a cana, empilha-a, coloca-a nos caminhões, colhe o café, o algodão e o milho, podem e devem ser instrumentos auxiliares no trabalho do homem e não seu motivo de morte.

O tipo de educação/formação de que precisam é uma educação que se comprometa com o homem na sua perspectiva de completude, que lhes ofereça argumentos imbatíveis sobre a necessidade imperativa de colocá-los em contato com o conhecimento científico através das atividades desenvolvidas nas salas de aulas. Tentar protegê-los desse conhecimento é contribuir definitivamente para o seu fim. Isto reforça a necessidade de que só desempenhe a função de educador aquele que realmente esteja capacitado a fazê-lo. Esta é, a única forma de garantir que esses sujeitos tenham oportunidades para desenvolver em plenitude as suas potencialidades.

Nesse sentido, ao invés de transferir para Deus a responsabilidade da busca por uma vida melhor, há que confiar a eles mesmos o reconhecimento e o exercício das suas capacidades e das suas potencialidades como obras de seu desenvolvimento enquanto espécie dotada de inteligência. Seria um exercício que conduz à transformação e crescimento enquanto espécie e nunca como um indivíduo subjugado a um outro ser, ou a algo superior a cujas vontades se considera atrelado e a quem supostamente deve o que é e o que não é. Esta, é definitivamente, a condição que os define como homens trabalhadores.

### **9.1 As relações com mundo exterior**

As relações com o mundo exterior tornam o homem capaz de produzir novas relações com objetos e pessoas diferentes, novos ou desconhecidos. Essa possibilidade está colocada na medida em que, em suas *andanças*, os *bóias frias* migrantes são e estão constantemente obrigados a estabelecerem relações diretas com os produtos da ciência, a nova tecnologia que perpassa o modo de produção atual, ou seja, as máquinas, seja a de cortar cana, colher café e outras de maior refinamento e já em uso há mais tempo no campo. Tais objetos já fazem parte da sua vida de modo indireto, considerando-se os seus limites no que diz respeito à capacidade de manipulação e uso desses instrumentos (Freitas 1996).

Dessa forma, passam a se interessar por elas e sentir a imperativa necessidade de se apropriarem da forma como essas máquinas trabalham para que possam operá-las. Percebem que dominá-las, no sentido da compreensão da sua complexidade de funcionamento, é condição para permanecerem no mercado de trabalho. Esse relacionar-se com as novidades do mundo científico acaba por abrir novas perspectivas de vida e, junto com estas, caminham naturalmente os desejos de tornar-se um novo homem. O produto da ciência, a máquina, acaba por ser o objeto estimulador de um desejo de ter mais conhecimento para, enfim, ser mais reconhecido como ser capaz de elaborar, produzir e construir condições próprias de vida.

Esta é a condição de ser capaz de superar a própria alienação, isto é, ao deparar-se com o mundo objetivo, o homem adquire as condições desejáveis para conhecer-se a si mesmo e superar-se, isto é, superar o imobilismo, a indiferença em torno da situação, e

produzir e exercer a sua subjetividade.

O desviar o sentido do real objeto de análise, ou seja, as reais condições de produção da vida, o espectro da desesperança e da ausência de futuro se descortinam como uma ameaça para a qual não têm como se defender.

*“...que futuro podemos esperar? Nun sei, é munto difícil de sabê, o futuro a Deus pertence nun é? (...) tem di tê argum estudo prá podê sê um poco diferente a vida, o que nós qué é poco, casa prá morá, cumida nu prato, imprego...” J.S.E. 37 a / BVP.*

Os desejos se apresentam irrealizáveis, então criam e alimentam a imagem de uma superpotência, um ser capaz de fazer suportar toda a sorte de privações de que um homem seja capaz de suportar, para poderem estabelecer minimamente as condições de sobrevivência.

Assim, objetividade e subjetividade, espiritualismo e materialismo somente podem deixar de ser antinomias desde que devidamente contextualizados.

Na sociedade informatizada, o desejo do ter se coloca como o supra-sumo da alienação, ou seja, o que de mais perfeito o homem foi capaz de criar em matéria de alienação. Hoje, não precisamos mais sair de casa para nada. Podemos comprar o que necessitamos em termos de alimentação, vestuário, remédios e tudo o que a nossa imaginação nem é capaz de captar em se tratando de entretenimento. Temos, desde os espetáculos culturais de cinema, teatro, música, até as formas mais excitantes e variadas de prazer. Para tanto, basta acionar uma tecla e o mundo encantado da tecnologia dos computadores se abre diante dos nossos olhos, aguça os nossos sentidos, alimenta a nossa fantasia, colocando diante de nós um mundo excitante e convidativo para ser *vivido*.

A ciência se modifica com o passar do tempo e tende a acompanhar a evolução do homem à medida em que ele mesmo cria a tecnologia necessária para cada vez mais aperfeiçoá-la. A sociedade moderna se distingue principalmente por esse interminável movimento: a ciência produzindo mais conhecimento, que por sua vez produz resultados mais minuciosamente perfeitos, caracterizando um constante criar, às vezes rápido demais, e por

isso incompreensível para muitos, mas que permanece em recíproca alimentação. Dessa forma, a sociedade moderna caracteriza-se pela exacerbada produção da subjetividade valorizada enquanto forma que auxilia a afirmação do indivíduo.

No entanto, a realidade social, ou projeto coletivo da sociedade, demonstra que o desenvolvimento alcançado pelos homens está distante de uma parcela cada vez maior das pessoas. Há uma incontestável desagregação dos seres humanos e, concomitantemente ao refinamento tecnológico, observa-se a desagregação do humano, a manifestação do não ser, através da privação dos direitos e dos meios que permitem ser.

Na fala de Forrester,

*“... enquanto alguém se diverte na platéia, milhões de pessoas (...) colocadas entre parênteses, por tempo indefinido, talvez sem outro limite a não ser a morte, têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, à perda muitas vezes de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda autoconsideração”* (1997, p.10).

Há que se construir uma sociedade com razões diferentes para solucionar diferentes problemas. Para tanto, é necessário existir uma responsabilidade social intrínseca às ações de cada indivíduo. Há que se estabelecer de novo as prioridades da ciência em função das contradições que ela própria criou.

Tais contradições é que acabam por determinar mecanismos de aglutinação e defesa da população alijada do processo de desenvolvimento da sociedade.

No âmbito do trabalho, o computador se transforma gradativamente no meio de produção mais útil, moderno, indispensável a qualquer empresário que deseja produzir mais e melhor e, ao mesmo tempo, desfrutar de muitas das vantagens que a moderna tecnologia informática oferece. Portanto, transferir para a própria casa o escritório, a fábrica, a oficina, é o mesmo que assinar um atestado de competência administrativa, já que, no mundo globalizado, otimizar o tempo significa lucro em dobro.

Nesse emaranhado de mudanças, há que se perguntar por onde parou, ou se escondeu, a figura humana, esse protagonista da criação, criador de tantas riquezas e de tantas necessidades, e capaz também de criar todas as formas de satisfazê-las.

Este não percebe que, à medida em que transfere para dentro de casa as formas de satisfazer as suas mais diversas necessidades, está se submetendo cada vez mais às leis do capital e às suas formas de produzir mais lucro às custas dele; que está se acercando aos poucos apenas de si mesmo, e, o que é pior, fazendo do outro, tão necessário à sua condição humana, apenas uma fria e insensível máquina.

A meu ver, o homem encontra-se num impasse: por um lado, deixar-se seduzir pelo canto da sereia da modernidade e por outro, endurece o seu interior, abandona as características de humanidade inerentes a sua condição humana, para provar que de fato é um homem em quem os sentimentos não interferem, que suas atitudes são o mais racionais possíveis e, portanto, não interferem nas suas decisões. Além disso, precisa tirar proveito de todos os instrumentos modernos de que dispuser, e ainda preservar à sua subjetividade no sentido de deixar aflorar em si mesmo os sentimentos, as emoções, a necessidade de chegar-se ao outro, de forma direta, e não apenas no âmbito do virtual.

Me parece que a busca do homem moderno, é encontrar uma forma de mostrar a si mesmo que ainda é capaz de sentir que ele ainda não descartou de vez as características que garantem a sua humanidade.

Essa capacidade de criação, de humanização, encontra-se subjacente ao processo educativo pelo qual passa o ser humano na sua trajetória de vida e à medida em que esse é o momento em que a inteligência humana é chamada a criar, produzir, modificar-se, enquanto adquire o conhecimento necessário à transformação da natureza. Assim, o trabalho deveria ser o fio condutor da transformação do homem num sujeito autônomo, que através do trabalho que desenvolve, seria capaz de buscar o crescimento do seu conhecimento como base indispensável para o seu avanço intelectual e para o completo desenvolvimento da sua capacidade criadora. Refletindo a idéia de que o trabalho deveria ser a *expressão da vida*, já que a ação existe em idéia na mente do trabalhador, segundo Marx (apud Fromm 1983), há que se investir no esforço de inserir o *bóia fria* nesse conceito de trabalhador. Porém,

considerando as características do trabalho que eles desenvolvem, tenho dúvidas se isto ocorre, e se ocorre, em que medida. Para cortar cana ou apanhar laranja, ou ainda colher café, carpir o mato, “catar as sobras que ficam das colheitadeiras” (Padre Garcia. Entrevista realizada em 30/05/1998), que tipo de exigência se faz ao cérebro, em relação às elaborações mentais mais profundas?

Sabe-se que a inteligência se desenvolve na medida em que é solicitada a resolver problemas; na medida em que é desafiada, provocada, enfim, estimulada cada vez mais em níveis maiores de exigências e complexidades.

Dessa forma, acredito que os *bóias fria* estão definitivamente condenados à mesmice da ignorância, já que a sua atividade de trabalho não lhes exige nenhum esforço mental, restringindo-se a um trabalho mecânico, repetitivo, alienado/alienante.

## 9.2 Uma Esperança, uma Busca do Ser ...

*“O trabalho é a expressão própria do homem, uma expressão de suas faculdades físicas e mentais (...) nesse processo de atividade genuína, o homem desenvolve-se a si mesmo, torna-se ele próprio; o trabalho não é só um meio para um fim - o produto - mas um fim em si mesmo, a expressão significativa da energia humana; por isso, pode-se gostar do trabalho”* (Fromm (1983, p.36).

Nessa concepção, pode-se encontrar o conceito de trabalho criativo e criador de necessidades e de formas de satisfazê-las, ou seja, o trabalho humano abstrato ou a manifestação da essência da inteligência humana.

Esse desenvolvimento já deu provas mais que cabais de que atingiu um nível supra de evolução. Hoje,

*“graças às redes digitais, as pessoas... participam de conferências eletrônicas (...) têm acesso às informações públicas (...) dispõem da força de cálculo de máquinas situadas a milhares de quilômetros, constroem juntos mundos virtuais puramente lúdicos (...) constituem uns para os outros uma imensa enciclopédia viva, desenvolvem*

*projetos políticos, amizades, cooperações (...), mas dedicam-se também ao ódio e à enganação”* (Rheingold, apud Levy, 1994, p.12).

Embora não possamos deixar de reconhecer o maravilhoso mundo da informação informatizada, e não podendo ignorar que esse mundo é fruto do trabalho e da inteligência do homem, não podemos também, por outro lado, ignorar o profundo abismo que se concretiza entre as já tão propaladas classes sociais. A cisão se agiganta e não é mais possível ignorar a exclusão crescente que se coloca entre pobres e ricos. Nunca como hoje foi tão evidente o afastamento existente entre os que têm e os que não têm acesso aos bens produzidos, aos serviços públicos, ao atendimento às necessidades primárias de saúde, educação e outros.

É como se a sociedade se empenhasse em consolidar inúmeras classes sociais, e determinasse com mais ênfase o que e quem pertence a uma e à outra.

O mundo das informações, ou o mundo cibernético, como a ele se refere Levy (1998), embora estando para 100 milhões, até o ano 2000, não está, e ou não significa que todos terão acesso a ele. Mesmo com toda a tecnologia de que dispõe, esse mundo continua seletivo ao extremo, reconhecendo como cidadãos participantes dele apenas uma minúscula parcela da população. Isto significa que ainda há muito o que fazer, se acreditamos que a sociedade pode ser mais justa com aqueles que produzem a sua riqueza. De acordo com o autor,

*“as novas técnicas de comunicação por mundos virtuais põem em novas bases os problemas do laço social. Em suma, a hominização, o processo de surgimento do gênero humano, não terminou, mas acelera-se de maneira brutal”* (Levy 1998, p.15).

Nesse sentido, questiono qual é a parcela de participação dos *bóias frias* nesse mundo, isto é, de uma população que sequer aprendeu a escrever o próprio nome. Deve-se acreditar que a solução encontra-se na idéia da reinvenção da democracia, como quer Levy, “os instrumentos da comunicação e do pensamento coletivo não serão reinventados sem que se reinvente a democracia, uma democracia distribuída por toda parte, ativa, molecular” (1998, p.15).

Assim, continua Levy,

*“a humanidade poderia reapoderar-se do seu futuro (...) não entregando seu destino nas mãos de algum mecanismo supostamente inteligente, mas produzindo sistematicamente as ferramentas que lhe permitirão constituir-se como coletivos inteligentes, capazes de se orientar entre os mares tempestuosos da mutação”* (1998, p.15).

Assim, o homem se empenha com maestria na criação de novas ferramentas para comunicar-se; cria um universo inimaginável de possibilidades informatizadas, e, no entanto, alimenta um mundo a parte, um mundo habitado por populações como os *bóias frias*, que não possuem os instrumentos intelectuais que lhes permitiriam sobreviver numa sociedade cuja forma de comunicação supera a própria perfeição.

No mundo automatizado do trabalho e da produção econômica, eles são peças ultrapassadas e desnecessárias, que permanecem nele apenas por questões político econômicas que precisam ser consideradas. São mão de obra que produz, embora manualmente, e estão à mercê das determinações do mercado em termos de produção. Fazem parte de um mundo produtivo que não depende da sua força de trabalho para produzir, mas que não os dispensa em definitivo por estar regulado por leis, regras e determinações que ditam o comportamento do mercado. Além disso, há as instituições sociais, como a Igreja, por exemplo, que funcionam como uma forma controladora das suas ações. Para o mercado, sua importância se dá no sentido de que sua capacidade de produção é perfeitamente adequada às suas necessidades. São fáceis de serem substituídos, produzem tanto quanto a máquina e custam muito menos que uma delas.

No mundo da informação cibernética, os *bóias frias* passam despercebidos da maioria das pessoas. As relações virtuais mantêm, além delas mesmas, uma população que não tem espaço na tela da TV, muito menos na do computador. Suas relações ainda continuam dentro dos padrões *normais* ou antigos, melhor dizendo. Logo, ainda necessitam escrever cartas de próprio punho, isso quando sabem ler e escrever, conversam uns com os outros, trocam idéias e contam *causos*, contam piadas, quando a jornada de trabalho permite, colocam as cadeiras no terreiro do quintal, para apreciarem o final da tarde. Aos domingos, rezam e ainda são capazes de chorar, sorrir, emocionar-se com o outro.

É como se, de alguma forma, a sociedade percebesse que é preciso resguardar algum traço da humanidade dos homens nos homens, e não apenas nos instrumentos virtuais.

Ainda considerando Levy,

*“ou superamos um novo limite, uma nova etapa de hominização, inventando algum atributo humano (...) para nos comunicar” ou em nos comunicando sempre só através da mídia, continuaremos a “pensar as instituições separadas umas das outras, que organizam o sufocamento das inteligências” (1998, p.17).*

Me parece que não necessitaremos inventar atributos humanos, mas poderemos simplesmente retomar nossa condição primeira de seres humanos e sociais e buscar o outro para com ele conviver.

Isto não significa ignorar ou desprezar o avanço das novas formas de comunicação, mas, sim, comunicar-se via mídia, usufruir do que ela pode oferecer em termos de sofisticação, e sobretudo, não deixar desaparecer, no meio da parafernália das máquinas, a possibilidade de ser humano, de pensar e de sorrir, de tocar o outro, de olhar nos olhos. Os *bóias frias* migrantes sabem e necessitam fazer isto sempre, para garantir algo que reafirme a sua condição de seres coletivos.

Utilizam-se do rádio e, por seu intermédio, quando estão ausentes de casa, nos locais de trabalho, comunicam-se com os parentes, amigos e familiares, enviando mensagens, recados e avisos. Às vezes, mandam fitas gravadas para que sejam colocadas nos diversos programas das rádios locais, e que são destinados a essa parcela da população.

*“...nóis manda fita gravada pelo padre que fais visita lá no alojamento onde a gente fica e o padre coloca na rádia para os parente da gente iscutá; se num fosse isso, eis nem sabia nada da gente, nem onde a gente táva, nada (...); na fita nóis diz tudo que a gente qué; manda recado, lembrança, pede ajuda, recomenda os “fios” que ficou prá nun fartá na aula, respeitá os professô, essas coisa (...); quando o padre num podi levá na casa da gente, a rádia ponha a fita e eis ove”*  
– B.F.M – 47 a BVP.

A fala retrata um jeito singular de ser e de encarar os sentimentos, a saudade, o isolamento provocado pela distância. Esse universo obscuro e aparentemente sem solução é um desafio para a sociedade de modo geral, muito embora ela não esteja se preocupando com tais personagens. Há que se enfrentar as próprias dúvidas e ousar algumas respostas: é só esse mesmo, o mundo reservado aos *bóias frias*? A preocupação e o desafio da solução certa ou errada manifesta-se na ação de algumas instituições, principalmente de cunho religioso, e, não raro, para apenas parcela dessa instituição.

Falamos de pessoas que se encontram num patamar mínimo de compreensão da realidade justamente porque lhes falta o atributo primeiro/primário na era da informática - do ler e escrever. Cabe perguntar, **como inventar a linguagem, quando jamais se falou?** quando se tem a informação do que se pode fazer com ela e uma vaga imagem do quanto ela vale, do seu potencial e da sua importância?

Esses sujeitos são aqueles que não tiveram o mínimo a que têm direito como cidadãos. Logo, em não sabendo ler e escrever, não sabem que podem criar e executar mecanismos de auto crescimento, de transformação da sua vida.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas com eles devem, obrigatoriamente, estar voltadas para este fim, isto é, para o desenvolvimento e o auto crescimento, no sentido da autonomia do agir, do auto gerenciamento, da possibilidade de escolha e de decisão sobre si mesmo.

Esse poder de escolha e decisão sobre si mesmo permeia-se das condições objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. Isto porque as condições objetivas dos *bóias frias* migrantes são aquelas que se concretizam a partir da relação e das condições do trabalho que realizam. Estas condições, como já descrevi anteriormente, são perversas enquanto forma de acomodação, de espaço, de qualidade, de alimentação, enfim, condições efetivas de trabalho e de vida.

Como afirma o Pe. Garcia, responsável pela Pastoral do Migrante do Norte do Paraná, e que realiza as visitas às regiões para onde se deslocam os *bóias frias* migrantes,

*“...as casas não têm água, luz, nem portas nem janelas. Na maioria das vezes, são casas das antigas colônias das fazendas de café, construídas há 30 ou 40 anos e que abrigam temporariamente os migrantes”* (Entrevista gravada com Padre Garcia, em 30/05/1998)

E continua: em alguns casos,

*“...os alojamentos, que não são casas, são barracões que servem de depósitos inclusive para agrotóxicos, fora da época de colheita; a vida é insuportável. Não há água. As pessoas têm que tomar banho na mina, e para chegar até ela tem que descer uma ribanceira; ou então, descem até lá, apanham a água e aquecem em fogo aceso no meio do quintal. Mulheres e crianças principalmente sofrem muito com a situação. Os homens amenizam a dificuldade no álcool. Pelas nove da noite, já é possível ver os trabalhadores caídos pelos caminhos, nos terreiros, completamente embriagados”* (Entrevista gravada com Padre Garcia, em 30/05/1998).

Nesse contexto, a subjetividade fertiliza-se de possibilidades de se expor, já que os sujeitos necessitam refugiar-se nela para minorar as condições adversas com as quais convivem no dia a dia. Afinal, é nessa “práxis humana que se constitui o processo de subjetivação” (Silveira & Doray 1989, p.46).

Há que pensar as condições econômicas que antes se conduziam por um sistema fechado em torno somente do econômico, para que encontre formas de encampar outros objetivos, ironicamente, do meu ponto de vista, para garantir o sistema. Nesse sentido, acredito que a qualificação do humano, a valorização da vida no seu sentido mais amplo, uma ética cujo princípio não se desvie do homem na sua condição omnilateral, deverá ser insistentemente debatida, recriada, instituída, para que o sentido do humano não venha a sucumbir.

Quando aborda a questão do espaço território, Levy coloca o conhecimento dominante para o povo nômade, isto é, o conhecimento fundado na escrita. Acrescenta ainda que, a partir desse conhecimento, “começa a história e o desenvolvimento dos saberes de tipo sistemático, teórico ou hermenêutico” (1998, p.22-23).

A partir de então, inicia-se o vínculo com a terra, mas com características de propriedade privada e, dentro desse sistema, estabelece-se o sentido de *pertença*.

Para os *bóias frias* migrantes, o sentido de *pertença* se constitui ao mesmo tempo de sentimentos conflituosos e contraditórios, como, por exemplo, de ser e de não ser, de ter e de não ter, de estar e de não estar; de desejar as coisas mais simples, coisas que se constituem primárias para qualquer cidadão;

*“...no mermo dia que nós tá aqui, nós já chega lá, na merma hora que nós pensa que temo imprego, o gato num vai cum a nossa cara e manda nós imbora; nós nun sabemo quem nós é, só sabe que tamos a disposição dos home, se eis qué dá imprego prá nós, nós vai trabaiá, se eis resorve que nós nun serve mais, nós nun vai trabaiá (...) sabe dona” B. M. C / 49 a / BVP.*

*“Nóis nun pertence a nada daqui da terra, nós pertence a Deus mermo, só Ele qui pode ajudá a gente. Quando nós vai, é porque nós já gastô tudo qui ganhemo da safra passada. Nós tem di í; aqui já nun dá mais nada. Intão nós é do lugar onde a gente podi trabaiá prá sustentá a família. Lá, a gente nun pensa in nada, só no trabaiio, sinão fica tudo muito triste. Dá munta saudade di casa, dos vizim, dos ermão que fica prá tráis (...) nós sente farta do nosso barraco (...) das nossa cunversa... - BFM – 27/08/97.*

*prá nós é munto bom a visita do padre Garcia. Ele tráis isperança prá nós aqui. Eli tráis também nutiça dos qui ficou prá tráis. A gente fais missa, oração, fais procissão... é munto alegre quando ele vem. Tráis munta fé prá gente” BFM – 28/08/97*

*“Eles esperam as visitas que a gente faz com um grande fervor. Percebe-se que é a renovação de uma esperança. Como se a presença de gente conhecida tivesse o poder de modificar a situação em que se encontram. De certa forma isso é verdadeiro porque os fazendeiros sabem que estamos sempre de olhos abertos, e fiscalizamos e denunciemos as condições de trabalho e moradia em que estão vivendo os trabalhadores” (Entrevista gravada com Padre Garcia em 30/05/1998).*

Nesse sentido, fica difícil imaginar o que seria ou como descrever o sentido e/ou sentimento de pertencimento para os *bóias frias* migrantes, já que, para eles, a vida se constitui em pequenos espaços entre o estar e o partir.

Assim sendo, o que se pode construir efetivamente, como proposta viável de melhoria de condições de vida, como possibilidade concreta de futuro para esses trabalhadores? Ou ainda, será que temos esse direito?

O saber humano não é uma descoberta das coisas em si, mas uma construção social das coisas, a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos. Ao viabilizar um trabalho com esse nível de alcance social, é indiscutível a necessidade de se considerarem os avanços do conhecimento científico na qualidade de bem sócio-cultural de direito também da população marginalizada. Considerar a tecnologia e seus inúmeros feitos como elementos discriminatórios dessas populações é renegar todos os esforços no empenho de produzir essa tecnologia e, conseqüentemente, renegar a capacidade de desenvolvimento da inteligência humana.

A ciência, para se tornar verdadeira, necessita socializar-se, isto é, necessita ser disseminada na sociedade. Por outro lado, todas as competências e os saberes *não científicos* devem ser valorizados e a ciência relativizada. Portanto, o conhecimento científico que fundamenta as novas teorias em educação, não pode ser desconsiderado, muito menos rejeitado pelos responsáveis pela condução de trabalhos comunitários no interior dos Movimentos Sociais. Urge definir se, na educação que se quer para a população desfavorecida, está presente o desejo de formar pessoas para a revalorização do outro, para a escuta, para a expressão de todos, para a decisão e avaliação comuns.

Se conseguirmos responder a estas perguntas, chegaremos à conclusão de que sair da mediocridade, pensar adiante, acrescentar mais à experiência de vida, é dar um grande salto, é elevar-se rumo a um tipo de conhecimento que pode assegurar que neste movimento se encontra a gênese da construção da consciência de si. E é esta consciência que faz do homem um sujeito, aberto às transformações, enxergando-se a si mesmo, porque, na mesma dimensão, enxerga também o outro.

No caso dos *bóias frias*, independente das condições de miséria e abandono em que vivem, não é difícil perceber que todas as possibilidades de fazer emergir essa consciência de si estão latentes nas suas manifestações de vida. Porém, faltam-lhes os instrumentos para trazer à tona essa latência das mais diferentes formas, instrumentos estes,

que só podem ser adquiridos pelas vias da educação. Daí, então, que uma proposta de educação com objetivos e os princípios de que se compõe o projeto de Educação em questão tem como responsabilidade o compromisso social de educar, no sentido de provocar o nascimento do homem novo, audacioso, conhecedor do mundo e das coisas, porque conhece a si mesmo e então é capaz de lutar a sua própria luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desse trabalho e na convivência direta com os trabalhadores *bóias frias* muitas foram as ocasiões em que pude perceber diversas formas interessantes do seu viver.

Do ponto de vista da intelectualidade, há uma concepção de sociedade organizada de modo a parecer que todas as coisas possuem um lugar determinado. Portanto, o que não se encaixa nesse modelo de organização não deve ser considerado *normal*.

Nesse sentido, por mais incipiente que seja, este trabalho conseguiu mostrar alguns aspectos que considero relevantes os quais passarei a registrar, começando pela concepção de sociedade que se configura como uma marca da conduta dos sujeitos. Há um modelo de comportamento social que deve ser seguido pelos cidadãos e que é considerado certo. Logo, espera-se que todos sigam a mesma norma padrão de convivência social: estudamos para ter um futuro garantido, leia-se, ter um emprego, ganhar um salário, constituir uma família, entre outros aspectos. Construiu-se, ao longo da história, um ritmo de vida que ajusta as pessoas dentro de uma forma única de viver e comportar-se.

Na conduta deste trabalho tive sempre em mente este modelo de sociedade, o que é óbvio, já que é a sociedade que aprendi a valorizar, isto é, uma sociedade que possui como marca inconfundível o consumismo e, portanto, define como cidadão, com direito aos bens por ela produzidos, apenas aqueles que consomem.

Por isso investi um esforço significativo no desejo de encontrar um lugar adequado nessa sociedade, devidamente *ajeitada*, para nele colocar os *bóias frias*. Dessa forma, também trabalhei a concepção de educação de modo a valorizar mais a educação formal, ou seja aquela que se dá dentro do espaço escolar, e que possui certas características, como a formação do professor, a oferta em lugar próprio, a escola, um padrão de qualidade exigido por organismos governamentais, ou seja, que possui um controle efetivo do Estado, em detrimento da educação ofertada pelas ONGs, hoje responsáveis por grande parte da alfabetização de adultos no Brasil.

Nesse sentido, nas linhas em que percorro a alfabetização de adultos no interior da educação popular, fiz uma análise das suas possibilidades e dos limites que a compõem procurando delimitar a responsabilidade das ONGs na sua oferta, assim como procurei estabelecer o significado dessa educação para os sujeitos que a recebem. Nessa tentativa, descobri inerente à minha forma de pensar um determinado tipo de sociedade, da mesma forma, um tipo de educação adequada à formação de um homem adequado ao modelo de sociedade vigente.

Esse caminho tornou mais difícil uma análise mais objetiva e esclarecedora do modo de vida dos *bóias frias*, pois, esses *homens invisíveis* estão fora do modelo de sociedade vigente e esta não deseja, nem necessita, oferecer um espaço para que esses cidadãos nele habitem.

Obviamente, há uma grande contradição entre a educação que recebem e os seus interesses e sonhos, já que aquela tem em seu bojo o objetivo de inseri-los num mercado de trabalho que não os deseja atuando nele, mesmo porque deles não precisa.

Nesse caso, assinalo, a título de conclusão, aspectos dessa sociedade e, conseqüentemente, da educação que se faz para construir o sujeito necessário à satisfação das necessidades dessa sociedade; a concepção de cultura que é publicizada e aceita socialmente e finalmente o que desejam estes homens para suas próprias vidas, prensados entre seu modo de viver e o modo de viver que almejamos para eles, ou seja, o que eles querem e o que nós gostaríamos que eles quisessem.

Do ponto de vista da economia, podemos afirmar que as suas variações atingem diretamente os *bóias frias*, nas mesmas proporções que os outros trabalhadores. O mercado determina o seu destino, traçando seu caminho em direção aos locais onde há trabalho, sem que possam decidir o querer ou não, o ir ou não. Apenas aceitam o que a oportunidade determina. Esse modo de vida abre um espaço fecundo para que nele se realizem outros estudos relacionados aos muitos aspectos da vida desses sujeitos, criados e alimentados pelas transformações vertiginosas que ocorrem no mundo da produção, assim como o próprio modelo de produção, inserido aí o trabalho no espaço rural.

No que diz respeito à cultura, é possível que pesquisas diversas acerca das manifestações de vida dos *bóias frias* sejam desenvolvidas: estudos investigativos do seu imaginário e da forma como esse imaginário define, desenha, constitui a sua cultura, a sua forma de viver, a sua identidade. Há muito o que estudar, do ponto de vista da sua antropologia. Talvez fosse mais acertado deixá-los em paz com as suas vidas nômades, quem sabe? Talvez sejamos nós os que devam encontrar um jeito de ver com mais *naturalidade* a forma como os *bóias frias* vivem, ou seja, o seu nomadismo de final de século, quem sabe, ou seria de começo de novo milênio?

Na verdade, a cada encontro e a cada entrevista feita, senti-me como alguém que se intromete em algo que não lhe diz respeito, apenas para satisfazer uma curiosidade pessoal e que, quando muito, satisfaria a curiosidade de um grupo restrito da academia. Não raro, captei nos olhares desconfiados, descrentes, uma muda interrogação sobre os reais motivos que levaram o *estranho* a invadir a privacidade do grupo.

A sensação que trouxe comigo desses encontros foi sempre a de que ainda faltava algo a fazer, que ainda havia muito a fazer. E essa certeza se configurava no grande vazio que me ficava, após cada rodada de conversas. Creio que isto deva ser natural numa pesquisa dessa natureza. Pode ser, no entanto, uma inquietação fundada na minha forma de ver o mundo, na minha vida socialmente organizada do *jeito certo*.

A grande interrogação se coloca na forma como as transformações econômico-sociais se concretizam e como determinam as condições em que o mercado de trabalho deve se comportar. Em meio a tudo isto, o *bóia fria* com seus sentimentos, desejos e sonhos, sua vida assentada no ir e vir diuturno, assim como grande parte dos outros trabalhadores, não têm espaço para tais manifestações, não passam de números representativos de uma estatística.

Dessa forma, são apenas mão de obra que produz e se reproduz ininterruptamente pelo sistema. São peças fundamentais de um sistema que regula sua própria existência, renovando-se quando necessário, abastecendo-se a si mesmo em uma rapidez inimaginável. Como afirma Colosso (1990)

*“os bóias frias, assim como outros cidadãos urbanos, vivem cercados não apenas por mercadorias e objetos sedutores mas também por fantasias criadas e criadoras (...) o ritmo alucinante com que a sociedade consome sua própria natureza, tanto no aspecto do espaço geográfico quanto o da sua essência, cria um homem sitiado na sua própria comunidade...” (p.118)*

Nesse sentido, pode-se afirmar que o homem da terra perdeu sua terra ... mas a capacidade de sonhar, de *ser* humano permanece viva, incandescente, como condição fundamental da sua natureza, como elemento de sustentação da necessidade de continuar vivendo ... e lutando. Há que se rebuscar a memória. Há que se contar a história. A sua história. Como personagem principal e não com figurante apenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Cesar et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 22.ed. atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 1997.
- COLOSSO, Leonardo. **Bóia Fria da Silva**. Assis, 1990. 123p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, políticas de globalização do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Educação e crise do capitalismo real**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. 117p. (Questões da nossa época, v.5).
- GUATARRI, Félix ; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993
- IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção**

**do futuro:** trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. Bragança Paulista: Cortez, 1996. p.15-54.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998. 212p.

LIMA, Joaquim Pacheco de. **Os “bóias frias” no Paraná.** Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 1991. (Mimeo.)

MAGALHÃES, Marisa Valle. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991.** Belo Horizonte, 1996. 108p. Dissertação (Mestrado em Economia – Concentração em Demografia Econômica) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994. V.1: processo de produção do capital.

**O FENÔMENO migratório no limiar do terceiro milênio:** desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998.

**OS BÓIAS-frias do Paraná.** Londrina, [199-]. Trabalho realizado pela Coordenação da Comissão Pastoral de Londrina. Mimeo.

**PADRE GARCIA. Entrevista concedida em 30/05/1998.** Londrina, 1998.

RAGGIO, Nádya Zaiczuk. **Norte Novo do Paraná:** transformações no campo e a questão do acesso à terra. Campinas, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

**RELATÓRIO da APEART.** Londrina, 1996.

SILVEIRA, Paulo ; DORAY, Bernardo (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Vértice, 1989. (Enciclopédia aberta da psique, 4).